

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

**META FISCAL CADA
VEZ MAIS DISTANTE**

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:
REGULAR SEM INIBIR**

ENTREVISTA

Adriana Carvalho (w20)

“Precisamos desconstruir
o que é trabalho de mulher
e o que é trabalho de homem.”

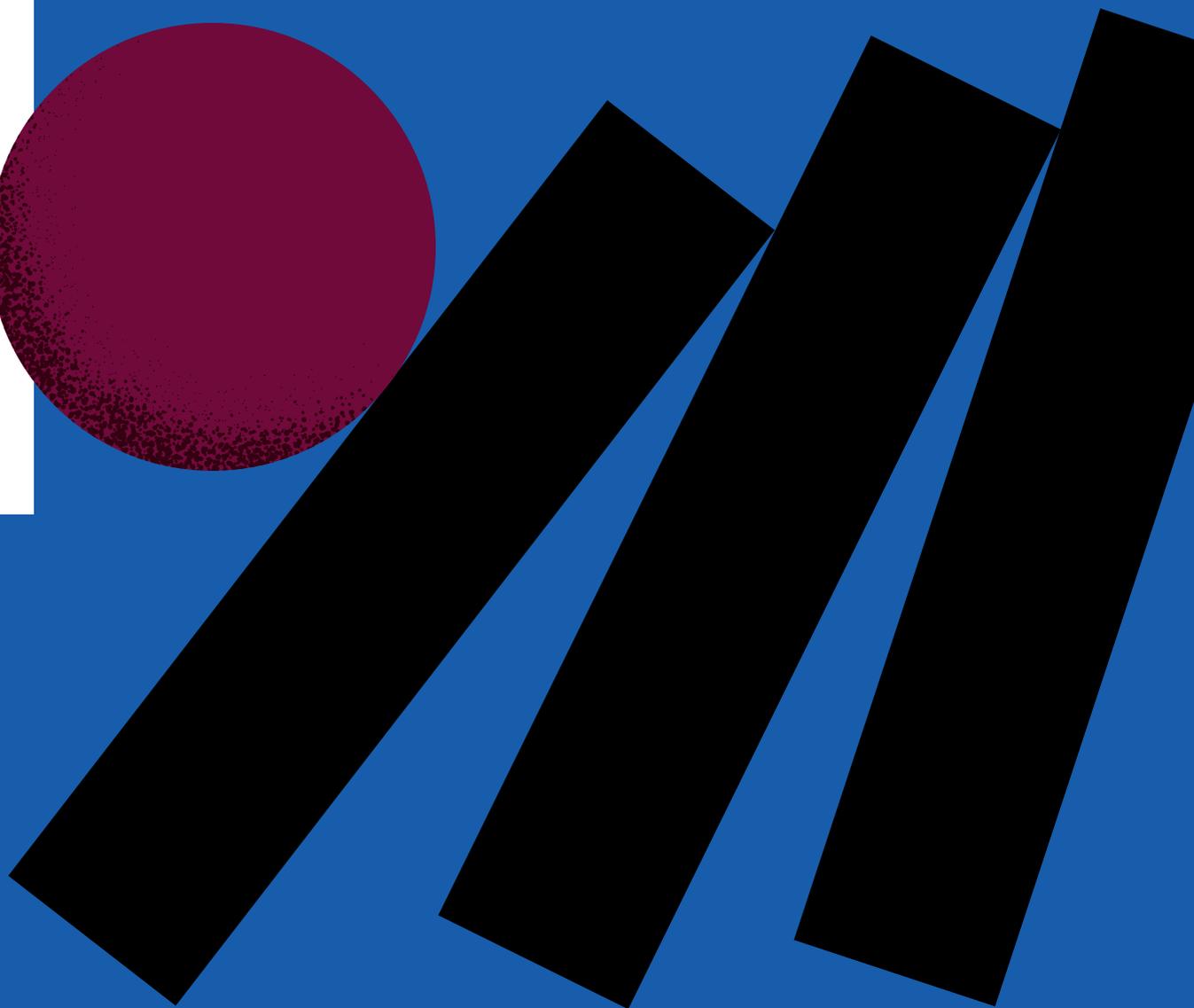
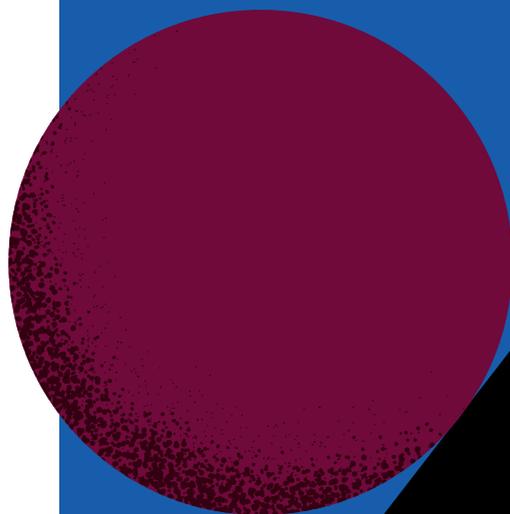
SUSTENTABILIDADE

Reciclagem emperrada

Lixo urbano é reflexo
dos gargalos ambientais

Uma conta que só cresce

ENVELHECIMENTO DA
POPULAÇÃO E QUEDA NO
VOLUME DE CONTRIBUINTES
EXPÕEM AS FRAGILIDADES
DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO



**EU QUERO SOLUÇÕES
QUERO EDUCACIONAIS
APERFEIÇOAR TALENTOS
CUSTOMIZADAS**



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no
desenvolvimento
da sua equipe e
alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

FECOMERCIO^{SP}

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciaturu.com.br

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

ASSISTENTE DE EDIÇÃO Aline Carvalho

REVISÃO Flávia Marques e Paulo Teixeira

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Yana Parente

DESIGNERS Aníma de Mattos, Débora
Faria, Maria Fernanda Gama e Jônia Caon

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio
Lanzana, Gilmar Santos, Guilherme Meirelles, Herbert
Carvalho, Instituto Ethos, Luciana Alvarez, Pâmela
Brito, Paulo Delgado, Rony Vainzof e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade
de seus autores e não refletem a opinião da PB.

Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade
de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #479

O aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade no Brasil resultaram em um preocupante desequilíbrio entre o número de pessoas contribuindo para o sistema previdenciário e o volume de beneficiários. O cenário é ainda mais agravante diante dos índices crescentes de informalidade no mercado de trabalho. Não há dúvidas quanto à necessidade de reformas que garantam a sustentabilidade do sistema a longo prazo.



Quer ficar por dentro
das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter.
Basta apontar o seu celular
para este código QR.

 revistapb.com.br

 @pbrevista  @pbrevista

 @pb_revista  @canalUMBRASIL



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

É retratando
e analisando
a pluralidade, a
diversidade e a
complexidade do
Brasil que a PB
se atualiza e se
reinventa.



Reportagens, artigos, ensaios
e podcasts que lançam um
olhar abrangente sobre
a sociedade, a política,
a cultura e as pessoas do País.

 Deezer, Spotify e Soundcloud

 @pbrevista

 @pbrevista

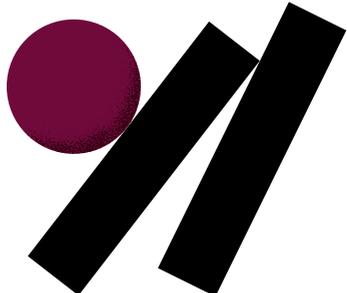
 @pb_revista

 @CanalUMBRASIL

REVISTAPB.COM.BR



8 Entrevista
ADRIANA CARVALHO: OS DESAFIOS
PROFISSIONAIS DAS MULHERES



14 Capa
A PRESSÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO
E OS RISCOS ÀS CONTAS PÚBLICAS

20 Sociedade
ETARISMO: NUANCES DE
UM PAÍS ENVELHECIDO

26 Site PB
PB VENCE O PRÊMIO LUSÓFONOS
DE CRIATIVIDADE

28 Artigo
"INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL",
POR RONY VAINZOF



30 Sustentabilidade
A CICATRIZ AMBIENTAL CAUSADA PELOS LIXÕES



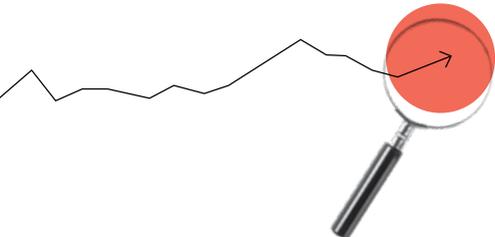
34 Artigo
"DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS FISCAL
E MONETÁRIA EM 2024", POR ANTONIO LANZANA

35 Artigo
"O MISTÉRIO DA ECONOMIA",
POR PAULO DELGADO

36 Sociedade
MOBILIZAÇÃO SOCIAL: A CAPACIDADE
COLETIVA DE TRANSFORMAÇÃO

40 Artigo
"CIÊNCIA BRASILEIRA COM IMPACTOS
ACADÊMICO E SOCIAL", POR AGÊNCIA BORI

42 Artigo
"BRASIL TEM POTENCIAL PARA SER
PROTAGONISTA DO CLIMA", POR CAIO MAGRI



44 História
DIRETAS JÁ: OS 40 ANOS DO MOVIMENTO
QUE CLAMOU PELA VOLTA DA DEMOCRACIA

46 Charge
PREVIDÊNCIA EM XEQUE



Contas em risco

Em um cenário marcado por incertezas econômicas e desafios fiscais, estimativas oficiais apontam que o rombo previdenciário possa dobrar até 2060.

O aumento da expectativa de vida traz, obviamente, um viés positivo. No entanto, por outro lado, reforça a preocupação com a necessidade de medidas que garantam a sustentabilidade do sistema e a segurança financeira da população idosa, que vem crescendo em ritmo acelerado.

O debate ganha destaque na matéria de capa desta edição da **Problemas Brasileiros**, que ouviu especialistas das áreas Jurídica e Econômica. Segundo os entrevistados, muitos são os fatores que agravam o desequilíbrio entre o volume de contribuintes ativos e o de beneficiários aposentados. Dentre eles, as mudanças no mercado de trabalho, o alto custo da contribuição e, até mesmo, a descrença na eficiência do sistema — o que nos leva a seguir defendendo uma ampla agenda de modernização do Estado.

A **PB** também faz uma abordagem sobre o poder da mobilização social em prol de causas relevantes para o País, que envolvem a crescente onda de eventos climáticos, a exemplo das recentes inundações que devastaram áreas litorâneas. De que forma entidades locais podem incentivar a cultura do engajamento, tanto por movimentos digitais como por ações *in loco* com as comunidades?

Ainda nesta edição, oferecemos um panorama sobre os gargalos da reciclagem no Brasil e os avanços, até o momento, limitados da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos rumo à meta de zerar os lixões no País. A reportagem aborda a responsabilidade empresarial, além de analisar as medidas que têm como propósito melhorar as condições da coleta seletiva.

A revista traz, ainda, entrevista exclusiva com a líder da delegação brasileira do W20 (Women 20), grupo de apoio do G20 criado para reconhecer e valorizar a atuação profissional feminina. Adriana Carvalho chama a atenção para a essencialidade das mulheres em cargos, hoje, majoritariamente masculinos.

Em suma, a **PB** reúne, neste número, assuntos que seguem na efervescência dos principais e mais relevantes ambientes nacionais de discussão.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação
do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo
do Estado de São
Paulo (FecomercioSP),
entidade gestora do
Sesc-SP e do Senac-SP



EQUILÍBRIO DE OPORTUNIDADES

entrevista
CAMILA SILVEIRA

O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) DE 2023 TROUXE COMO PROPOSTA DE REDAÇÃO "OS DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DO TRABALHO DE CUIDADO REALIZADO PELA MULHER NO BRASIL".

DESDE 2014, ESSE E OUTROS ASSUNTOS RELACIONADOS ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO TÊM PERMEADO O TRABALHO DO GRUPO MULHERES 20 (WOMEN 20 OU W20), FORMADO DURANTE O ENCONTRO DA CÚPULA DO G20, NA AUSTRÁLIA, NAQUELE MESMO ANO. PARA ADRIANA CARVALHO, ATUAL LÍDER DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA DO W20, UMA DAS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO É A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS EMPREENDEDORAS QUE ACELEREM O CRESCIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MULHERES OU LIDERADAS POR ELAS, ALÉM DE FORNECER ACESSO A CRÉDITO, INCLUINDO SISTEMAS ALTERNATIVOS DE GARANTIAS, E A NOVOS MERCADOS. EM ENTREVISTA À **PB**, ELA FALA SOBRE O TRABALHO EM PROL DO EMPODERAMENTO ECONÔMICO FEMININO.

O Women 20 (W20) é um grupo independente de engajamento cujos objetivos são o empoderamento econômico das mulheres e a equidade de gênero. Qual tem sido o principal foco e as recomendações nos últimos anos?

Mulheres empreendedoras é um tema que aparece todos os anos. Em alguns países, como é o caso do Brasil, a maioria empreende por necessidade, sobrevivência. Em muitos desses locais, até há igualdade de gênero na base da pirâmide do empreendedor, porque esse público não tem apoio do governo em termos de seguridade social e precisa empreender para sobreviver. No entanto, os negócios de mulheres não crescem na mesma velocidade do que os dos homens. Essas empresas, muitas vezes, têm uma mortalidade mais alta e estão muito mais concentradas em áreas tidas como “femininas”, como Comércio e Serviços. Nesse sentido, dois assuntos mais recentes são, de um lado, acesso a crédito e, do outro, questão de compras públicas ou compras privadas afirmativas. Isto é, quem compra pode dar visibilidade a empreendimentos de mulheres ou de outros grupos minoritários, como mulheres negras e com deficiência, para que empresas deem chances reais para esses negócios.

E quais serão as recomendações para melhorar esse cenário de modo geral?

Uma política importante são as creches. Se eu tenho filhos, preciso de um lugar para deixá-los e conseguir ir para o trabalho. Muitos municípios brasileiros ainda não dispõem de vagas suficientes. Oferecer escolas em tempo integral e assegurar que todos tenham direito a creche são políticas indiretas, que não são para o empreendedorismo em si, mas fundamentais para que mulheres possam ter tempo para se dedicarem ao seus ofícios. Há alguns caminhos de políticas a serem pensadas que já existem em alguns países, mas que o Brasil ainda precisa abraçar, por exemplo, garantir infraestrutura para que, quando a mulher realmente queira ou precise, tenha tempo suficiente para se dedicar ao seu empreendimento.

Há também políticas que passam pela educação?

Sim, como finanças no ensino médio. Quantos brasileiros e brasileiras entendem minimamente de gestão financeira? Quantas pessoas sabem o quanto estão pagando de juros quando compram algo em várias vezes? Por isso, quando cobramos bancos e sistemas de ensino para que essas questões façam parte da educação formal ou da transparência do sistema financeiro, estamos indiretamente apoiando o empreendedorismo feminino. E, hoje, o Brasil não tem nada concreto nesse sentido.

E em relação ao acesso a crédito? Muitas mulheres não conseguem acessar produtos financeiros na mesma proporção do que os homens. Como enfrentar esse desafio?

Quando uma mulher está fazendo um *pitch* [apresentação] para um investidor, em muitos casos, é preterida. É avaliada por uma banca só de homens ou com réguas muito masculinas. O jeito padrão de dar crédito é olhar o histórico bancário. No entanto, muitas mulheres têm essas informações atreladas a algum homem. Se ela usava a conta com outro titular, acaba não tendo os requisitos para concessão de crédito. Portanto, essas questões de bancarização das mulheres e de como mudamos essa régua são fundamentais. Hoje, no Brasil, por exemplo, o Banco Central (Bacen) não desagrega alguns indicadores por gênero. Então, esse tema vai ser prioridade para o W20 em 2024.

E em relação à empregabilidade, como está a participação das mulheres no mercado de trabalho nos diversos segmentos?

A pandemia escancarou como o cuidado sobrecarrega, na maioria das famílias, as mulheres. As pessoas mais atingidas pelo desemprego foram elas. Hoje, mesmo que os níveis de desemprego tenham voltado para patamares parecidos aos anteriores, há mulheres que ainda não conseguiram retornar ao mercado. Essa questão do suporte, do cuidado, da melhor divisão de tarefas e de garantir infraestrutura e apoio nessas tarefas é fundamental para que todas possam exercer a sua potencialidade e também para igualar a forma como elas são olhadas pelo próprio mercado.



PRECISAMOS
DESCONSTRUIR
O QUE É TRABALHO
DE MULHER E
O QUE É TRABALHO
DE HOMEM.

Além da presença de mulheres em todos os níveis hierárquicos, o que também ainda é um desafio? Elas ainda têm dificuldades para encontrar emprego, certo?

Exato. Quantas mulheres já foram questionadas em entrevistas de emprego se estavam grávidas ou se pretendiam ter filhos? Ao passo que o homem nunca é questionado se cuida bem da saúde ou se faz esporte de alto risco, por exemplo. Quando o empregador olha para o dia de afastamento, nem deveria misturar as coisas, porque, quando uma mulher é mãe, ela está contribuindo não só para a família dela, mas para toda a sociedade. Países com pirâmide invertida, que é o que está acontecendo no Brasil agora, encontram uma série de problemas nesse sentido. Vamos esperar que essas dificuldades se concretizem para pensar em como incentivar as pessoas a terem filhos, como aconteceu no Japão e em países europeus? Ou vamos assegurar que quem queira ter filhos tenha os incentivos necessários para conseguir criá-los? Quando a sociedade cuida bem das suas crianças e das pessoas mais velhas, gasta menos com saúde. E daí, então, temos uma sociedade muito mais saudável.

No Brasil, o número de mulheres que se formam em Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática está estagnado há muitos anos e em uma patamar muito baixo. Quais medidas podem melhorar esse cenário e promover a inserção feminina nessas áreas?

Há algumas frentes importantes, como assegurar políticas que permitam que meninas não se desinteressem por essas carreiras, a exemplo da promoção de cursos extracurriculares, garantia de incentivos para meninas e pessoas negras de que essas áreas são para elas também. No entanto, existe a educação formal, mas também há as mensagens implícitas que recebemos diariamente, como propagandas, filmes e novelas, que também podem mostrar que estamos nesses lugares. Há uma questão para além da educação formal. Temos uma necessidade imediata de fechar essa lacuna. Precisamos, urgentemente, que a tecnologia seja construída com um olhar de mais mulheres e pessoas negras.

Também podemos pensar em políticas públicas que assegurem chances reais de mudança de carreira, certo?

Sim. Quando falamos de cursos para mulheres no empreendedorismo, por exemplo, muitas entidades só pensam nos tradicionais, como ensiná-las a fazer cabelo e unha. Quantas oferecem outros tipos de formações, como serviços manuais, marcenaria, eletricitista e pintura? Precisamos começar a usar o “e”. Eu posso ser uma cabeleireira e também entender de outra coisa. Posso ter meu negócio de cozinha e entender de elétrica. Isso envolve menos legislação e mais política mesmo. Como criamos políticas para ter mais mulheres nessas áreas que tradicionalmente são voltadas para homens e que têm problemas de produtividade. E a provocação para as empresas de tecnologia

está em inserir pessoas diversas na base, porque, se não há diversidade na base, como essas pessoas se tornarão seniores? Ninguém vira sênior sem experiência. Então, em relação a essa questão, também cabe legislação ou política de compromisso para que empresas tenham esses cargos de entrada a determinados perfis.

Para não repetir e perpetuar estereótipos, é necessário também que as tecnologias não estejam impregnadas de uma lógica de repetição de padrões. Como superar essa questão e usar a tecnologia e a Inteligência Artificial (IA) para quebrar arquétipos?

As empresas têm de ter responsabilidade, porque, se só exponenciarmos o que já é existente, só vamos replicar preconceitos e estereótipos. É fundamental blocos como o G20 unirem os vários países, porque, senão, haverá sempre algum lugar onde a legislação seja cumprida, ao passo que em outros, não. Criar forças para beneficiar todos ao redor do planeta. Além disso, como falamos, muitas vezes, mulheres não estão em empresas de tecnologias. Indústrias de óleo e gás, por exemplo, também só contam com 20% de mulheres no quadro de funcionários. Precisamos desconstruir o que é trabalho de mulher e o que é trabalho de homem. Isso passa por campanhas, políticas públicas e até metas de empresas. Outra questão é a progressão de carreira. Como garantir o olhar para grupos minorizados socialmente — e mulheres estejam incluídas pelo potencial, e não só pela performance? Com metas, legislações ou compromissos setoriais de empresas de diversos segmentos.

Em vez de cotas, as organizações, por meio de seus grupos setoriais, podem estabelecer metas e se comprometerem com elas. Federações e entidades podem ajudar nesse sentido, construindo iniciativas conjuntas. Não precisamos esperar sempre o governo. Muitas vezes, não é sobre criar leis, é sobre fazer estas funcionarem.

A inclusão das mulheres com deficiência também é acompanhada pelo grupo.

Apesar de a lei de cotas ter mais de 30 anos, não vemos essa inclusão de fato nas empresas. O que precisa ser feito para avançarmos nesse ponto?

Nesse caso, seria necessária uma nova legislação. Faz mais de três décadas que sabemos que precisamos incluir pessoas com deficiência. Quando olhamos o número de empresas que cumprem a cota, ainda é muito aquém do que deveria ser. Muitas ainda optam pela multa. Essas pessoas, normalmente, estão em cargos operacionais, administrativos e de base. Uma grande reclamação desse público, incluindo as mulheres com deficiência, é de não ter plano de carreira, não chegar a cargos superiores e assim por diante. Como estamos olhando para os programas de ensino para essas pessoas? Estamos levando em conta todos os tipos de deficiência? Além disso, muitas empresas também não estão preparadas para receber esse público. Por isso, talvez seja necessário modificar a legislação, pois não está dando conta de fazer os avanços.

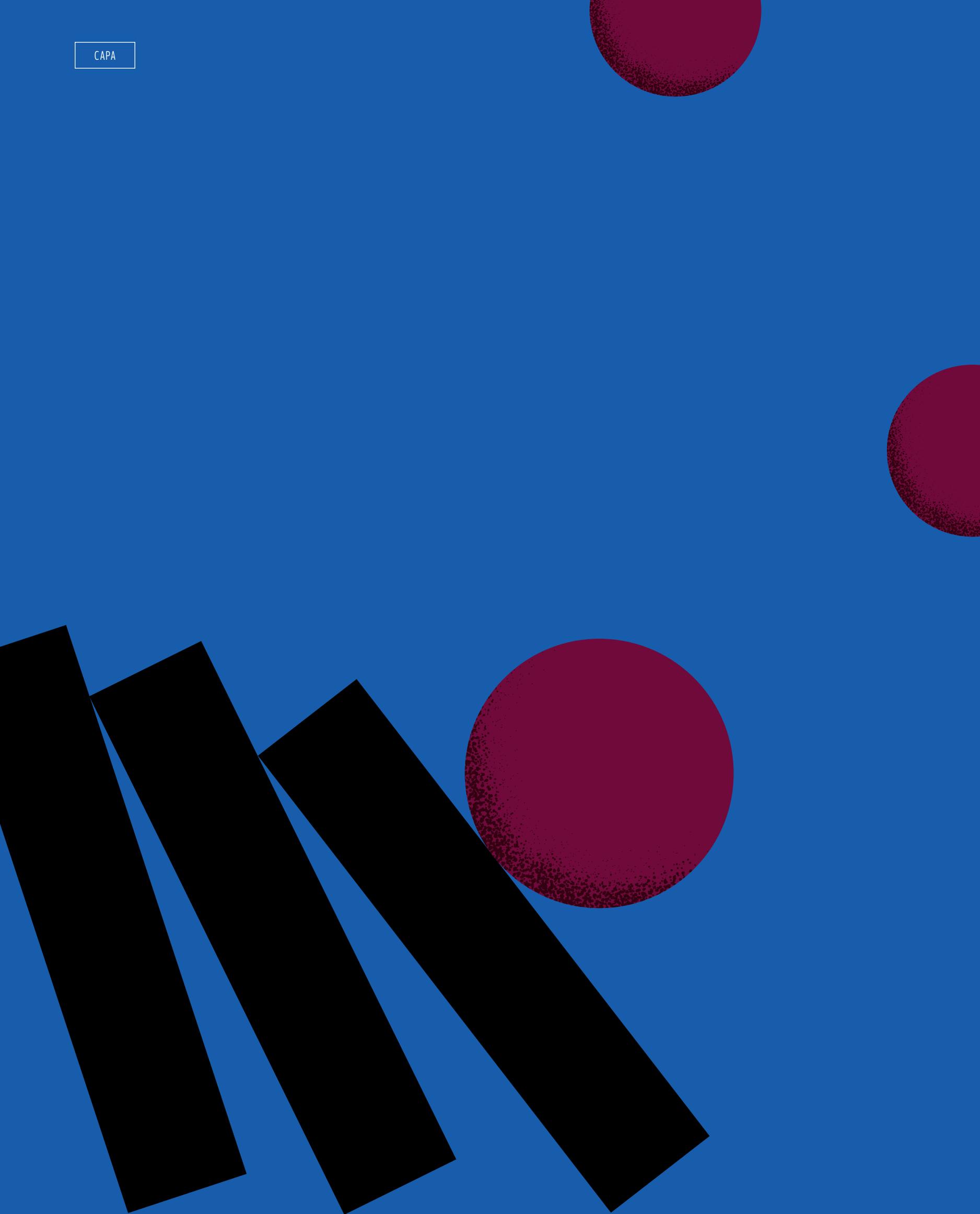
Qual é a agenda de 2024 do grupo?

A questão das mulheres em Ciências, Tecnologias, Engenharia e Matemática é uma prioridade para o Brasil. A justiça climática também tem ganhado importância nos últimos quatro anos. O enfrentamento da violência em relação a mulheres e meninas também vai continuar na nossa pauta. Agora, queremos trazer um pilar para discutir economia do cuidado, muito em voga nas últimas semanas, e outro sobre interseccionalidade. No Brasil, não podemos falar de mulher sem falar da interseccionalidade entre raça e etnia. No País, são as mulheres negras que, muitas vezes, ficam para trás. Esses temas serão transversais. Essas são pautas que o W20 2024 quer trazer para discussão no Brasil e no mundo.

&



**Oferecer escolas
em tempo integral
e assegurar que todos
tenham direito a creche
são políticas indiretas
fundamentais para que
mulheres possam ter
tempo para se dedicarem.**



SISTEMA SOB PRESSÃO

A população brasileira envelhece à medida que a taxa de natalidade diminui. Como resultado, esse descompasso pressiona o sistema previdenciário: mais pessoas se aposentando e menos trabalhadores contribuindo para a Previdência. Vários países do mundo passam pela mesma situação – e os que saíram na frente, buscando soluções a longo prazo, são os que estão melhores dentro desse cenário desafiador para as contas públicas.

texto GILMARA SANTOS | ilustração JOÉLSON BUGGILLA



Um fenômeno observado há algumas décadas em países da Europa e nos Estados Unidos está desembarcando agora no Brasil: a evolução constante no envelhecimento da população. O total de pessoas com 65 anos ou mais no País saltou de 7,4% da população, em 2010, para atingir 10,9% dos brasileiros no ano passado, conforme dados do Censo Demográfico 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Paralelamente, está diminuindo o número de jovens, já que as famílias estão menores.

Segundo o estudo, a idade mediana do brasileiro passou de 29 anos, em 2010, para 35, em 2022. O estudo mostra ainda que a população de até 14 anos, no mesmo período, caiu de 24,1% para 19,8%, o que evidencia o envelhecimento da população. “Ao longo do tempo, a base da pirâmide etária foi se estreitando em razão da redução da fecundidade e dos nascimentos que ocorrem no Brasil. Essa mudança [no formato da pirâmide etária] passa a ser visível a partir dos anos 1990, ao passo que a pirâmide etária do Brasil perde, claramente, seu formato piramidal a partir de 2000. O que se observa ao longo dos anos é a redução da população jovem, com aumento dos cidadãos em idade adulta e do topo da pirâmide até 2022”, analisa o gerente técnico do censo, Luciano Duarte, durante a divulgação da pesquisa.

Esse movimento tem diversos reflexos, dentre eles, na previdência, responsável pelo pagamento de benefícios como aposentadorias e pensões. Com o envelhecimento da popula-

ção e menos pessoas entrando no mercado profissional para bancar o sistema, o governo terá de buscar novos meios que garantam o financiamento da seguridade social.

Luís Eduardo Afonso, professor associado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e especialista no tema, destaca que, nos regimes públicos de previdência, a questão demográfica é elemento fundamental, porque determina o número de contribuintes e de beneficiários. “O último censo surpreendeu a todos, mostrando que o País está envelhecendo de maneira mais acelerada do que era esperada. Significa dizer que essa situação é desfavorável ao regime de previdência”, comenta.

Para José Cechin, ex-ministro da Previdência e membro do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o envelhecimento da sociedade afeta a todos e impacta muito o sistema previdenciário. De acordo com ele, que também é superintendente-executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), dois pontos devem ser levados em consideração. O primeiro deles é que, com menos pessoas nascendo, consequentemente, menos profissionais entram no mercado de trabalho, o que vai encolhendo a proporção dos que contribuem e, do outro lado, aumentando aqueles que recebem benefícios. “Isto é, encolhe a base contributiva e expande o conjunto das pessoas que usufruem dos benefícios”, reforça Cechin.

Além disso, destaca o ex-ministro, “se a pessoa vai receber aposentadoria durante 20 anos, será um valor. Se ela viver 30 anos, por exemplo, vai receber 50% a mais. Tem mais gente que consegue chegar a idades mais avançadas, e isso tudo aumenta as despesas da previdência”. Aliado a isso, temos a queda da natalidade, que vai reduzindo a base de quem vai contribuir.

“Diante do aumento da expectativa de vida e da diminuição da taxa de natalidade, há um desequilíbrio entre o número de contribuintes ativos e o número de beneficiários aposentados, fazendo com que o sistema previdenciário enfrente desafios de gestão para não entrar em colapso”, considera o advogado Mozar Carvalho, fundador da Carvalho de Machado Advocacia.

MUDANÇAS (NO SISTEMA E NO TRABALHO)

Nos últimos 28 anos, o Brasil realizou três reformas da Previdência. A última delas, em 2019, trouxe alterações nas idades de aposentadoria, no tempo mínimo de contribuição e nas regras de transição para quem já é segurado, entre outras mudanças.

A regra geral de aposentadoria passou a exigir das mulheres, pelo menos, 62 anos de idade e 15 anos de contribuição. No caso dos homens, 65 anos de idade e 20 anos de contribuição. O tempo de contribuição mínimo permanece em 15 anos somente para os homens filiados ao Regime Próprio de Previdência Social (RGPS) antes de a emenda constitucional entrar

**ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2022,
O CENSO DEMOGRÁFICO, REALIZADO
PELO IBGE, MOSTROU QUE:**

O total de pessoas com **65 anos ou mais** no País saltou de **7,4%** da população para **10,9%** 

A **idade mediana** do brasileiro passou de **29 ANOS** para **35 ANOS** 

A população de **até 14 anos** passou de **24,1%** para **19,8%** 

em vigor. Já para os servidores públicos federais, que contribuem para a União, a nova regra geral passou a exigir 62 anos de idade para mulheres e 65 para homens, com pelo menos 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

“O tipo de reforma que estamos discutindo permite o sistema rodar por mais tempo, com certo nível de déficit esperado, mas não sei se é o suficiente para enfrentar o envelhecimento lá na frente, em 2050 ou 2060”, pondera o coordenador-geral de Estudos e Estatísticas do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência, Eduardo Pereira. “Estamos fazendo as reformas possíveis, mas, frente a mudanças profundas na sociedade, teremos que fazer uma reforma profunda na Previdência”, complementa Pereira.

À época, a reforma estabeleceu uma idade mínima para a aposentadoria, levando em conta o aumento da expectativa de vida da população, salienta Carvalho. “Além disso, houve mudanças nas regras de cálculo dos benefícios, que tornaram o sistema mais equilibrado e sustentável. A reforma também buscou reduzir privilégios e equalizar as regras entre os diferentes grupos de trabalhadores. Não se conclui que essas medidas sejam suficientes ou cabais, mas se mostram essenciais para garantir a viabilidade do sistema previdenciário diante dos desafios demográficos e econômicos futuros”, diz.

Aliado a esse cenário, o País ainda tem de lidar com as mudanças no mercado de trabalho, que reduziram significa-

tivamente as contribuições para a Previdência Social. “Um desafio que o Brasil tem é o de reconhecer essas novas relações de trabalho, com a ‘uberização’ da economia, que são os trabalhadores de plataformas. Uma dificuldade é inserir esses profissionais que não podem ficar fora dos benefícios — não só aposentadoria, mas também benefícios de risco, como acidente, no sistema. O Brasil tem algumas iniciativas nesse sentido e está negociando com as plataformas”, comenta o professor Afonso.

Uma das ideias, ressalta ele, é acrescentar um valor no preço que o consumidor paga, enquanto a plataforma também contribui. “A gente pensa em transportes quando fala em ‘uberização’, mas tem várias outras, como alimentos. O fato é que a relação de trabalho está mudando”, enfatiza Afonso.

Pereira concorda que a questão tecnológica vem gerando mudança no emprego e vai além, ao lembrar do impacto da Inteligência Artificial (IA) aos empregos mais qualificados. Para ele, o que a robotização poderia fazer na Indústria já foi feito, e, agora, a tecnologia anda para atingir os empregos de natureza intelectual. “Num cenário de automação, a previdência vai diminuindo a base de tributação e, talvez, tenha que tributar outras coisas, como vendas, para se sustentar”, destaca.

Os especialistas alertam ainda que muitas pessoas que estão entrando no mercado de trabalho também optam por não contribuir para a Previdência, seja porque consideram o sistema falido, seja porque acham o valor de recolhimento muito elevado. “É caro pagar, e isso desestimula a adesão.

**ENQUANTO A POPULAÇÃO MUNDIAL
TRIPLICOU ENTRE 1950 E 2022,
A DE IDOSOS SEXTUPLICOU NO
MESMO PERÍODO. FATO É QUE
OS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS
EM TODO O MUNDO NÃO
ESTÃO PREPARADOS PARA O
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO**

Temos de pensar formas de diminuir essa alíquota de contribuição, como baixar o gasto total de aposentadorias. Isso só será possível atrasando a data de entrada no benefício. No passado, tinha gente se aposentando com 48 anos de idade. Isso cria um desequilíbrio para o sistema”, comenta o ex-ministro Cechin.

De acordo com Pereira, se a direção para a qual o País está seguindo não for alterada, levará a uma contribuição ainda menor. No caso dos Microempreendedores Individuais (MEIs) por exemplo, muitos não contribuem, solapando o processo de envelhecimento. “Em 2021, tínhamos menos contribuintes da Previdência do que em 2014. Temos um sistema de repartição simples no qual os ativos financiam os aposentados. No entanto, o número de ativos não aumentou em sete anos. Temos de gerar empregos, colocar pessoas em postos de trabalho que contribuam”, reflete Pereira.

A Previdência, na visão do professor Afonso, está pouco preparada para o envelhecimento da população brasileira, e as ações não têm sido consistentes para essas mudanças. Segundo ele, o Brasil nunca se pautou para fazer mudanças com antecedência. “Ao mesmo tempo que acredito ser uma obrigação, sou pessimista em relação a fazer isso em tempo hábil. Acho que vamos discutir e, de fato, agir só quando se agravar mais”, afirma, ao lembrar que a recomendação de organismos internacionais é de olhar para frente e se antecipar aos possíveis problemas.

**PANORAMA DO DÉFICIT
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

2022: R\$ 261, 2 bilhões

(alta de 6% em comparação a 2021, quando atingiu R\$ 247,3 bilhões)

Previsão



Fontes: Boletim Estatístico da Previdência Social, Secretaria do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social e Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

“O Brasil tem falhado em um elemento central de equilíbrio das contas, que é a proporção de trabalhadores que contribui para a Previdência. Sempre tivemos uma informalidade muito alta. Mesmo assim, não me lembro de campanha de nenhum governo consistente para tentar aumentar a proporção de contribuintes, mostrando que temos várias modalidades de contribuição. Esse esforço de comunicação nunca aconteceu”, diz Afonso.

EXPERIÊNCIA DE OUTROS PAÍSES

Enquanto a população mundial triplicou entre 1950 e 2022, a de idosos sextuplicou no mesmo período. Fato é que os sistemas previdenciários em todo o mundo não estão preparados para o envelhecimento da população, conforme mostra a segunda edição do *Relatório Global Previdenciário*, publicado pela Allianz que analisou 75 sistemas previdenciários ao redor do mundo com base no próprio índice proprietário: o Allianz Pension Index (API).

O indicador considera um total de 40 parâmetros, com valores que variam de 1 (muito bom) a 7 (muito ruim). A pontuação global não ponderada para todos os sistemas previdenciários estudados é de 3,6, que indica pouco satisfatória. O Brasil, por sua vez, registrou uma pontuação de 4,3 na soma ponderada de todos os parâmetros, ocupando a 65ª posição entre os países analisados.

“Os poucos sistemas previdenciários que apresentam bom desempenho — notadamente Dinamarca, Holanda e Suécia, com uma pontuação geral bem abaixo de 3 — também têm uma coisa em comum: eles traçaram o caminho para a sustentabilidade muito cedo, em uma época na qual a bomba demográfica ainda marchava silenciosamente”, diz o estudo. Por isso, hoje “eles podem, portanto, servir de modelo para muitos países em desenvolvimento, que também ainda têm uma janela de oportunidade para estabilizar seus sistemas previdenciários. Em muitos outros países, porém, dificilmente será possível sem reformas dolorosas”, complementa.

Cechin acredita que o Brasil poderia tomar como referência as experiências de outros países. O especialista destaca, por exemplo, o modelo adotado pelos Estados Unidos, que há mais de 30 anos iniciou um processo de mudança na idade da aposentadoria para quem está entrando no mercado de trabalho. “O ideal é trabalhar com muita antecedência para, assim, afetar

pouco as pessoas que estão para se aposentar em 20 ou 30 anos. Os Estados Unidos mudaram para quem ainda entraria no mercado trabalho, e isso é positivo”, avalia o ex-ministro. “Noruega, Suécia, Dinamarca e Japão, por sua vez, adotaram contas estruturais, em que registram a contribuição de cada pessoa que paga previdência durante a vida inteira. Quando essa pessoa se aposenta, ela sabe quanto contribuiu, e o valor que acumulou é dividido pelo tempo estimado. Na média, todos recebem. Experiência que vale a pena ser olhada”, considera. Além disso, existe o modelo de capitalização chileno, que alguns países copiaram modificando alguns pontos.

“De uma forma geral, várias nações enfrentaram desafios semelhantes na previdência e implementaram soluções eficazes. Um exemplo é a Suécia, que adotou um sistema baseado na capitalização individual, no qual cada trabalhador contribui para a própria aposentadoria. Outro modelo é o do Chile, que também optou por um sistema de capitalização individual, incentivando a poupança. Já a Alemanha implementou reformas que aumentaram gradualmente a idade de aposentadoria, levando em consideração as mudanças demográficas”, lembra Carvalho.

Gisele Kravchychyn, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), discorda que haja uma falência da previdência pública. “Quando a Constituição Federal criou o sistema de seguridade social, já tinha previs-

to que as contribuições não seriam só da folha de pagamento, mas de toda a sociedade. Parte do problema da previdência não é o envelhecimento, já havia essa expectativa, e até por isso o constituinte previu outras fontes de arrecadação. Quem joga na Mega-Sena, por exemplo, está contribuindo para a Previdência. O problema é que esse dinheiro foi usado para outras coisas. Por isso, é preciso que a quantia arrecadada vá para onde deveria ir”, opina Gisele.

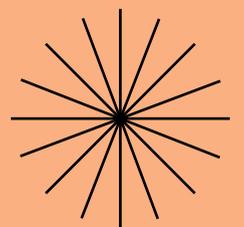
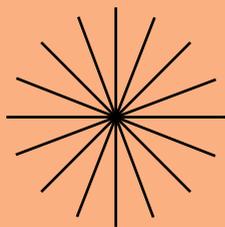
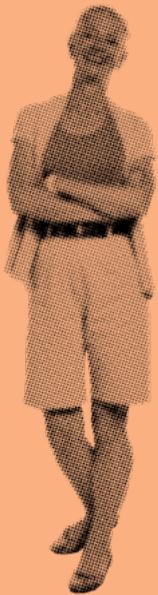
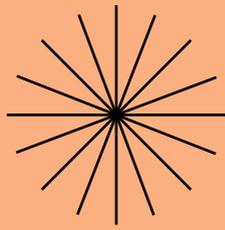
Outro aspecto importante nessa discussão entre pirâmide etária e previdência é o investimento em educação financeira. No Brasil, em geral, 80% dos contribuintes ganham até três salários mínimos e contam com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como a única fonte de resguardo que terão na velhice. “A Previdência vai continuar desempenhando o seu papel, mas é importante que as pessoas façam reservas para complementar esse valor, preocupando-se com o futuro e não dependerem só da previdência pública. Para a grande maioria da população, o benefício do mínimo repõe boa parte da renda que tinha”, diz Pereira. Enquanto a conta não fecha, o desequilíbrio impacta o Estado e, indiretamente, todos os brasileiros.

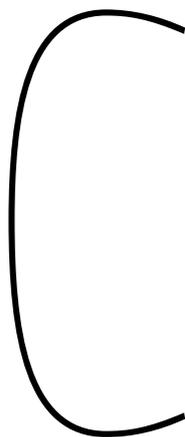
&

Para proteger o crescente volume de pessoas que trabalham em modalidades não empregatícias, é necessário atar os benefícios previdenciários aos trabalhadores, e não mais aos empregos. Assista à entrevista com José Pastore, sociólogo e professor titular na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), em entrevista ao UM BRASIL, uma realização da FecomercioSP. Pastore é presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Entidade.



SOCIEDADE





Como uma profecia que se autorrealiza, a visão que uma sociedade tem sobre a terceira idade acaba influenciando a vivência real da velhice. A ideia de que o envelhecimento é altamente limitador se traduz em atitudes que limitam e isolam as pessoas mais velhas do restante da sociedade. E frente à porcentagem de idosos crescendo em todo o mundo, não faz sentido que uma parcela tão grande seja excluída, tratada como cidadãos de segunda classe.

Muito além de rever os sistemas previdenciários, o aumento do número de idosos tem descorrido a necessidade de mitigar o antigo problema do etarismo, preconceito em relação à idade das pessoas. O conceito também pode se aplicar aos jovens, mas o grande desafio atual é, de fato, em relação aos que já atingiram os 60 anos.

No ano passado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou um índice de etarismo no qual o Brasil se posicionou em nível moderado, semelhante ao de países como México e Colômbia, mas pior que outros latino-americanos, como Chile e Argentina, cujas taxas apresentadas de preconceito contra essa população foram consideradas “leves”. A pesquisa, realizada com

amostras representativas de 57 países, se baseia em um questionário com nove perguntas sobre atitudes em relação à idade.

No caso do Brasil, a adaptação cultural para aceitar e incluir a população mais velha exige pressa, por causa da velocidade da transformação do perfil populacional. Em países como a França, o percentual de idosos levou 150 anos para subir de 10% para 20% da população, ao passo que, no território nacional, essa mudança de patamar vai levar pouco mais de 20 anos, segundo o estudo da OMS. “Imagine um país envelhecido e cheio de preconceito contra os idosos?”, questiona a médica Alessandra Tieppo, secretária-geral da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). “Por isso, é importante explicar, ainda quando criança, que o idoso faz parte da sociedade, da família. Ele não é um peso”, afirma. Segundo a geriatra, a discriminação pela idade está tão arraigada culturalmente que os próprios idosos acabam se limitando. “De tanto ouvir ao longo da vida, até a própria pessoa idosa fala que não tem mais idade para viajar, ou para começar a aprender algo novo, ou para sair para comer uma comida diferente”, cita.

Dentre uma série de ideias comuns entre os brasileiros, que Alessandra chama de “mitos”, um dos mais graves e excludentes diz respeito à perda de memória. Trata-se de uma mentira que se revela até em momentos entre jovens, quando alguém esquece qualquer coisa e já ouve piadas de que “está ficando velho”. “Falar da falta de memória dos idosos é muito comum, mas uma inverdade. A idade nos torna menos multitarefas, prestando atenção a apenas uma coisa por vez. É difícil cozinhar e assistir à novela ao mesmo tempo, por exemplo. Digo que 99% dos supostos problemas de memória são questões de atenção. O idoso pode fazer tudo, pode aprender, mas de maneira diferente”, explica Alessandra.

Atitudes baseadas nos mitos sobre o envelhecimento acabam piorando a qualidade de vida do indivíduo. “A pessoa começa a sofrer de incontinência urinária, mas não procura ajuda médica porque acha que é normal da idade — porém não é”, ressalta a geriatra.

Nem sempre os preconceitos são mal-intencionados, mas quase sempre acarretam prejuízos. “Às vezes, por superproteção, muitas famílias não querem que os mais velhos saiam de casa. Sem andar, essas pessoas acabam perdendo o tônus muscular, e, de fato, vai se tornando mais perigoso sair de casa”, explica.

PARA ALÉM DA PREVIDÊNCIA, O ETARISMO

**“EXISTE MUITO IDOSO COM DINHEIRO
PARA INVESTIR E TEMPO PARA VIAJAR.
MAS AS EMPRESAS CONTINUAM OBCECADAS
PELA JUVENTUDE – SÓ OLHAM PARA ESSE
PÚBLICO NA HORA DE FALAR DE SAÚDE.”**

GISELA CASTRO, especialista em etarismo e professora de mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Para aplacar a tendência cultural de estabelecer um limite etário como parâmetro para aceitar certos comportamentos nos outros, Alessandra recomenda reflexão e cautela. “Cada um tem de reconhecer os méritos da própria idade, além dos próprios valores. E se manter ativo na sociedade. Não ter restrições de saúde estimula a agir melhor também com o outro.”

CULTURA JOVEM

O etarismo tem uma relação profunda com a supervalorização e, até mesmo, com a idealização da juventude, explica Gisela Castro, especialista em etarismo e professora de mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Esse fenômeno prejudica a todos. “As grandes cidades brasileiras têm um ambiente onde tudo se passa como se um certo ideal de juventude, atlética e perfeitamente saudável, fosse a norma. Coisas como o tempo do sinal para atravessar a rua, os ônibus com degraus altíssimos para subir, não foram pensados para todos”, afirma a professora. Gisela lembra que esse modelo exclui não apenas idosos, mas também crianças, mulheres grávidas e pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida. “É como se esses indivíduos estivessem atrapalhando — em vez de o ritmo de todos ser devidamente respeitado, incluindo pessoas que fujam do imaginário da pessoa plenamente capaz do ponto de vista físico”, afirma. A eleição do jovem como

modelo para se desenhar a cidade acaba, na verdade, dificultando o dia a dia de muita gente.

Felizmente, diante da velocidade do envelhecimento populacional nacional se mostrar acentuada, há países e cidades que já passaram por esse processo e podem mostrar saídas factíveis — como os ônibus com degraus na altura da calçada em Londres. As dificuldades práticas não se limitam aos serviços oferecidos pelo setor público. O sistema bancário é outro exemplo de como os mais velhos são desconsiderados na hora de se desenhar a oferta. “Os bancos se digitalizaram da noite para o dia sem se preocuparem em treinar o público. Se você não faz as ações com velocidade, os caixas automáticos param a operação. E, mais uma vez, não só os mais velhos enfrentam dificuldades: pessoas pouco escolarizadas também”, alerta Gisela. Muitas das inovações tecnológicas seguem na mesma linha, lembra a professora. Um exemplo clássico são controles remotos de TV com botões muito pequenos, sem nada escrito. “Colocam o idoso num lugar vexatório de depender de alguém. Não é por serem bobinhos que não conseguem. Muitas vezes, é porque a mão fica trêmula mesmo”, ressalta.

Já quando se trata dos setores produtivo e de Serviços, a negligência em relação aos mais velhos pode custar caro. “Há muita gente mais velha que até já se aposentou e ainda trabalha, que conseguiu juntar capital ao longo da vida e tem

dinheiro para investir. Existem pessoas mais velhas que, agora, têm tempo para viajar. Mas as empresas continuam obcecadas pela juventude — só olham para esse público na hora de falar sobre produtos de saúde. O mercado continua relapso”, afirma Gisela.

Para mudar esse panorama, a pauta da diversidade, que já chegou à grande parte das empresas, precisa ser abrangente para incluir também os mais velhos, recomenda a professora da ESPM. “Diversidades geracional e etária seguem sendo ignoradas. Como desenvolver um produto que só uma parte ínfima da população sabe usar? Temos de nos preocupar em treinar os trabalhadores para essa diversidade.” Uma sociedade “jovencêntrica”, como define Gisela, é também influenciada pela lógica consumista. Existe a percepção de que tudo o que é novo é melhor: um produto, mesmo bom, precisa ser substituído por um mais novo. Esse modelo — que traz repercussões terríveis para o meio ambiente — reduz a empregabilidade de pessoas que ainda nem estão perto da idade de se aposentarem. “É uma tirania do mercado alguém na faixa dos 40 anos se sentir velho, como se estivesse obsoleto, pronto para ser substituído pelo ‘modelo mais novo’”, afirma. Por experiência própria, Gisela garante que a população mais velha pode continuar produzindo. “Sou professora e pesquisadora, obrigada a estar sempre estudando, melhorando pela natureza da minha profissão. O fato de eu ter mais idade é um patrimônio, é ter passado por mais experiência, ter lido mais coisas — fatores que já me ajudam”, conta.

Mórris Litvak, CEO e fundador da Maturi, agência de emprego especializada em pessoas com 50 anos ou mais, também vê como um desperdício o menosprezo pela experiência desse público no mundo corporativo. “Montei a agência inspirado na minha avó, que trabalhou até os 82 anos por vontade própria, estava superbem”, relata. O foco da empresa, contudo, é a parcela de trabalhadores a partir de 50 anos, porque eles já sofrem preconceito etário. “É mais difícil para serem empregados, e, na hora de fazer cortes, são os primeiros a serem escolhidos. As empresas costumam alegar a questão do custo, mas é uma visão míope, porque têm muito a perder ao dispensar os mais experientes”, afirma Litvak. “São vários os mitos: de que vão ficar mais doentes; que, pela idade, o plano de saúde da empresa será mais caro; que não sabem mexer com tecnologias; que não estão abertos a mudanças

etc.”, diz o CEO, enfatizando que as pesquisas mais recentes indicam, na verdade, que equipes multigeracionais melhoram a criatividade e diminuem a rotatividade geral dos funcionários.

Embora considere que a mudança esteja caminhando a passos lentos face à urgência do perfil populacional brasileiro, o empresário conta que já tem muito mais abertura ao falar sobre o tema do que quando começou na área, há oito anos. “À medida que surgem mais experiências de sucesso, estas acabam ajudando outras empresas a se interessarem”, garante. Fato é que a necessidade de uma força de trabalho mais madura é incontornável. “Além de viver mais, estamos tendo menos filhos. A força de trabalho vai envelhecer, e as empresas não terão outro jeito senão se adaptarem.”

Como ainda é difícil o caminho do emprego a partir dos 50, muitos acabam optando pela trilha do empreendedorismo para se manterem ativos. Por mais de duas décadas, Maria Luiza Silva foi executiva na área de Finanças — até se “divorciar” do mundo corporativo, há sete anos. “Foi uma separação de comum acordo. Não queria mais aquela vida, e sabia que o mundo corporativo também não me queria mais, porque já estava na casa dos 50 anos. Mas também não poderia ficar sem trabalhar”, recorda-se. Ela e o marido acabaram se tornando sócios de uma franquia de construção. Atualmente, o casal gere duas lojas da Casa do Construtor, em São Paulo. “Sempre tive vontade de empreender, e deu certo para mim. Mas sei que não é o caminho para todo mundo — até porque há mais tempo para errar e acertar quando se tem 20 ou 30. Quando mais velho, não se pode errar”, expõe.

Ela acredita que os anos acumulados lhe tornaram uma pessoa mais equilibrada. “Eu tenho maturidade para não entrar em todas as batalhas”, afirma. Também avalia que trabalhar é um aspecto essencial para a sua vida. “Tem sido muito motivador. Aprender coisas novas é estimulante, assim como a convivência com gente jovem”, conta. E Maria Luiza não pretende parar por aqui: agora, tem planos pessoais de aprender uma nova língua e tocar um instrumento musical.

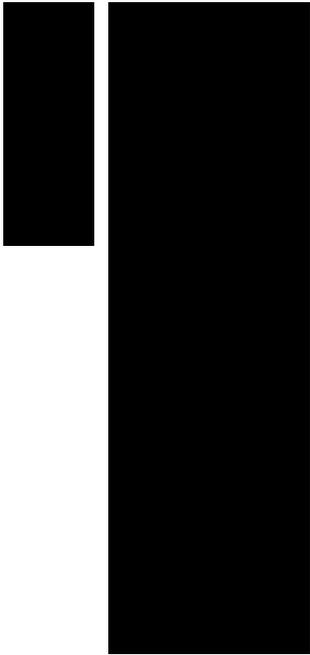
Muita pesquisa e avanços tecnológicos permitiram à humanidade o aumento da expectativa de vida. A longevidade é uma conquista que precisa ser celebrada. Aceitar bem o envelhecimento traz benefícios para os mais velhos — e para todos os demais.



ETARISMO OU IDADISMO?

As duas palavras definem, *grosso modo*, o mesmo preconceito contra uma pessoa por causa da idade. A maioria dos acadêmicos brasileiros, assim como a OMS, vem adotando, nos últimos anos, o termo “idadismo”. A entidade explica, em relatório, que o conceito se trata de usar a idade para “categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças”. O idadismo, diz a OMS, pode ser institucional, interpessoal e até contra si próprio.





UM BRASIL

10 ANOS



@canalumbasil

O PAÍS ANALISADO EM ENTREVISTAS QUE FAZEM HISTÓRIA

Inscreva-se no Canal 

ASSISTA | COMENTE | COMPARTILHE

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO**SP**



Solo de incertezas

Com a aprovação da PEC 45/2019 na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2023, abre-se um terreno indefinido nas regras tributárias no Brasil. Uma das questões mais preocupantes é sobre a alíquota do IVA, que manterá uma sequência complexa de débitos e créditos para o setor de Serviços, cuja principal despesa é com a folha de pagamento (40% do orçamento), que não dá direito a esses créditos. E, ainda, a previsão de um novo regramento para transferência de crédito nas aquisições de empresas optantes pelo Simples Nacional, que fornece apenas duas opções ao empresário de pequeno porte: manter-se integralmente no sistema, mas com perda de competitividade, ou excluir os novos tributos no regime diferenciado e, então, assumir uma carga tributária maior. Assim, em razão desses e de outros efeitos negativos ao empreendedorismo, a FecomercioSP manterá seus esforços em apresentar proposições por meio de leis complementares ao longo do ano.

Referências em sustentabilidade

As entrevistas produzidas pela **Problemas Brasileiros** durante a Conferência Ethos 360° estão disponíveis no site da revista. Alguns dos entrevistados são o diretor-presidente do Instituto, Caio Magri; o economista Ricardo Abramovay; a especialista em gestão ambiental Fernanda Borger; e a diretora-executiva do projeto Pacto pelo Esporte, Daniela Castro. Dentre os principais temas, destacam-se as desigualdades sociais e o protagonismo feminino no mercado de trabalho.

A escalada do emprego

Dados divulgados no fim de 2023 pelo IBGE trouxeram resultado jamais alcançado nos indicadores econômicos desde que começaram a operar, em 2011: nunca o mercado de trabalho havia superado a marca de 100 milhões de pessoas formalmente empregadas. Em entrevista ao site da **PB**, Jaime Vasconcellos, economista da FecomercioSP, ressalta, no entanto, que embora seja um estímulo ao consumo das famílias e ao acesso ao crédito, o Brasil não tem capacidade de manter esse ritmo ao longo deste ano.

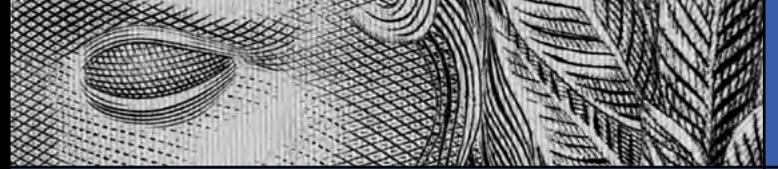
PRÊMIO LUSÓFONOS DE CRIATIVIDADE

A revista **Problemas Brasileiros** recebeu o Prêmio Lusófonos da Criatividade, em Portugal. A edição que marcou os 60 anos da publicação, completados em 2023, conquistou o bronze na categoria Problemas Sociais. A premiação acontece há dez anos em Lisboa em reconhecimento aos trabalhos de comunicação e publicidade dos países de língua portuguesa. A edição contemplada da **PB** selou a comemoração de seis décadas da revista, trazendo um resgate histórico dos entraves que moldaram a realidade brasileira desde os anos 1960 até os dias atuais.

Desafios globais

O Canal **UM BRASIL**, uma realização da FecomercioSP, conversou com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento da Indústria, Comércio Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin. Em pauta, os desafios globais para 2024 e de que forma o Brasil se posiciona frente a cenários distintos. Alckmin destacou as seguranças alimentar e energética e as mudanças climáticas como temas nos quais o País aparece como agente relevante, ao citar os recordes da safra nacional e a energia de baixo custo que o Brasil dispõe. A entrevista completa pode ser acessada no link www.umbrasil.com.

PB
—
60
ANOS



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: COMO CONCILIAR REGULAMENTAÇÃO E INOVAÇÃO?

ilustração ANNIMA DE MATTOS



rios existentes na sociedade; violação de propriedade intelectual e direitos de terceiros — seja para o treinamento dos modelos algorítmicos (entrada), seja para o conteúdo gerado na saída —; aumento na escala e na sofisticação da desinformação, dificultando a identificação do que é verdade e do que é manipulado (conteúdo sintético gerado pela IA); proteção de dados pessoais e segurança cibernética; e mudanças radicais no mercado de trabalho, considerando o intervalo de tempo para capacitação e qualificação. Sobre o último ponto, estima-se que 300 milhões de empregos atuais estejam em risco (Goldman Sachs).

De fato, o treinamento dos algoritmos e a proteção de direitos autorais e dados pessoais, além do risco de elevação da desinformação, desafiam a busca pelo equilíbrio entre o avanço tecnológico e o respeito aos direitos de terceiros. A utilização de conteúdo protegido (como artigos, áudios e imagens) para treinar sistemas de IA levanta questões complexas sobre como os direitos dos autores das obras devem ser respeitados sem impedir a evolução da tecnologia, considerando que, como regra, elas são protegidas legalmente e demandam prévia autorização para o uso.

A Inteligência Artificial (IA) vem se consolidando como instrumento de transformação global ao potencializar a competitividade de empresas e nações, sendo tecnologia condicionante também para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A McKinsey estima que a IA generativa, por exemplo, possa contribuir para gerar entre US\$ 2,6 trilhões e US\$ 4,4 trilhões à economia global. Todos os setores estão sendo impactados positivamente, como Saúde, Finanças, Alta Tecnologia e Comércio. Em média, o rendimento humano ao utilizar a IA generativa é 66% maior (Nilsen Norman).

Existem, contudo, desafios éticos e legais que precisam ser enfrentados. O modelo de regulação, a forma de se mitigarem os riscos existentes e os investimentos em educação, capacitação, infraestrutura e pesquisa nortearão a corrida pela inovação e pelo desenvolvimento. Alguns dos riscos da IA são: concentração de poder em poucos países e empresas; potencialização de vieses discriminató-



RONY VAINZOF,
é consultor de
Proteção de Dados
da FecomercioSP,
secretário-executivo
do Fórum Empresarial
LGPD e sócio-fundador
do VLK Advogados.

CAIO LIMA,
é coordenador do GT de
Segurança Jurídica do
Fórum Empresarial
LGPD e sócio-fundador
do VLK Advogados.

Além disso, deve haver atenção à proteção de dados pessoais e segredos de negócios, garantindo a ética do uso destes para treinamento de algoritmos, mirando a minimização de dados, como forma de contribuir para reduzir o risco de violação de direitos. O treinamento de algoritmos também deve ser realizado de forma a mitigar o risco de discriminação (vieses) ilícita nas decisões automatizadas. Para tanto, é essencial que empresas invistam em governança de IA composta por cultura, princípios, processos, políticas e ferramentas para gerenciar o desenvolvimento, a implantação e o uso ético, responsável e eficaz da tecnologia a fim de que esta esteja alinhada aos próprios valores corporativos, requisitos legais e padrões sociais e éticos.

A governança permite que as organizações libertem todo o potencial da tecnologia enquanto mitigam riscos regulatórios e jurídicos. Além disso, uma boa governança implica o desenvolvimento melhor e mais eficiente das organizações (Gartner prevê que, até 2026, as organizações que operacionalizarem IA de forma ética e responsável verão os seus modelos alcançarem melhoria de 50% nos resultados de negócios e na aceitação do usuário).

Sobre eventual carga regulatória adicional, seria importante avaliar se as legislações existentes de acordo com o respectivo uso da IA já sejam suficientes para resolver a maioria das controvérsias, presentes e futuras. As lacunas residuais seriam tratadas em cada caso concreto. Apesar disso, as propostas de regulamentação da IA têm avançado globalmente. No Brasil, entendemos que não deve haver urgência normativa, especialmente diante do risco de impacto à inovação. Ademais, já há legislação que possa ser utilizada para fazer frente aos desafios mais críticos, incluindo os códigos Civil e de Defesa do Consumidor (CDC), a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Marco Civil da Internet, além da própria Constituição Federal.

A União Europeia, que, tradicionalmente, se antecipa à regulação do ambiente digital e privilegia normas mais restritivas — apesar de caminhar para a uma densa regulamentação (EU AI Act) —, ainda não divulgou o texto final, o qual ainda precisará ser aprovado pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu para ter validade no continente. Reino Unido, Japão, Singapura e Austrália optaram por abordagem cautelosa na governança de IA, buscando preservar a inovação e a competitividade por meio de múltiplos

instrumentos. Nos Estados Unidos, o presidente Joe Biden, recentemente, assinou uma ordem executiva estabelecendo políticas públicas e diretrizes de IA para as agências federais ao propor abordagem regulatória setorial. Já os membros do G7, grupo das maiores economias do mundo, acolheram favoravelmente princípios orientadores internacionais na matéria e no código de conduta voluntário para os criadores de IA.

Por fim, a Organização das Nações Unidas (ONU), no início de novembro, instalou órgão consultivo com 38 membros (sendo o Brasil um deles), com o objetivo de propor diretrizes para a governança da IA e, eventualmente, a agência global.

BRASIL: REGULAMENTAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA

Em meio a esses desafios da IA, a questão da regulamentação permanece um dilema global. O Brasil, ciente da importância da tecnologia para a competitividade, deve trilhar caminho cuidadoso, avaliando as leis em vigor e propondo regulamentação principiológica focada nessas eventuais lacunas. A busca pelo equilíbrio entre inovação e proteção de direitos é fundamental para o desenvolvimento sustentável nesse novo paradigma tecnológico.

O debate em torno do *fair training* e da violação de direitos autorais e de terceiros destaca a complexidade ética na evolução da IA. Encontrar soluções que promovam a equidade no treinamento, ao mesmo tempo que respeitem os direitos legítimos dos detentores de dados, é imperativo para garantir desenvolvimento ético e responsável da ferramenta. A colaboração entre especialistas em ética, juristas e desenvolvedores de IA é essencial para abordar esse dilema de maneira holística, equilibrando o progresso tecnológico com a proteção dos direitos sob risco e da propriedade intelectual.

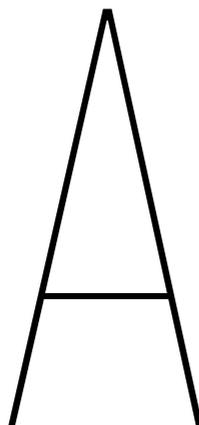
A prioridade deveria ser um plano de nação para IA e dados, de forma a qualificar a mão de obra, com recursos e infraestrutura para criar ecossistemas em torno da capacidade humana, além de diminuir a barreira de entrada a pequenas e médias empresas. Precisamos promover a inovação responsável, evitando a obsolescência regulatória e garantindo competitividade. O Direito deve impulsionar a inovação, e não ser detrator dela.

&

APÓS 13 ANOS, OS LIXÕES PERSISTEM

texto GUILHERME MEIRELLES | ilustração ANNIMA DE MATTOS





A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) inicia 2024 como um conjunto de boas intenções, mas com resultados abaixo das expectativas iniciais desde quando criada, em 2010. “É o típico exemplo do copo cheio e do copo vazio”, diz Carlos Silva Filho, presidente da International Solid Waste Association (ISWA), membro consultivo da ONU e sócio da S2F Partners, consultoria especializada na gestão de resíduos e economia circular.

O lado positivo está no texto moderno e assertivo quanto à responsabilidade das prefeituras de extinguir os ultrapassados e poluentes lixões, substituindo-os por aterros sanitários ambientalmente seguros. No entanto, é preciso que haja recursos e vontade política. Segundo estimativa da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), existem cerca de 3 mil lixões no País. Quanto à meta de zerar esses locais, foi transferida para 2022 e, depois, estendida até ao fim de 2024, mas é praticamente impossível de ser alcançada. “A visão no Brasil ainda é a do passado, mantendo as mesmas práticas, sem levar em conta a lei. A responsabilidade de implementação cabe às prefeituras, mas nunca foi prioridade das gestões e da sociedade”, lamenta Silva Filho.

Por falta de engajamento nas metodologias corretas de reciclagem, o estudo Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana, da Abrema, ao mapear 3.947 municípios, concluiu que 70% deles (2.772) estão em nível muito baixo de conformidade com o PNRS, o que acarreta um desperdício no reaproveitamento dos resíduos sólidos. A maior parte acaba se destinando aos lixões, onde ainda é possível constatar cenas degradantes de catadores disputando o lixo com ratos e urubus.

“Um aterro, que exige uma área média de 30 hectares, pode atender a municípios que estejam em um raio de até 140 quilômetros. Caberia

disposição política para as prefeituras formarem consórcios”, diz. Contudo, a medida exigiria necessariamente cobrança do contribuinte pelo transporte de transbordo e pela coleta seletiva. “O caminhão da coleta seletiva não tem compactador, como o do lixo orgânico, e é mais caro. A taxa de lixo deve ser cobrada pelas prefeituras, por ser uma prestação de serviços, mas os prefeitos veem como uma medida antipopular”, afirma.

OS DILEMAS DA COBRANÇA DE TAXA

Em 2003, a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), instituiu a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD), que ficou conhecida como “taxa do lixo”, responsável pela arrecadação de R\$ 185,5 milhões aos cofres paulistanos, em 2004. A iniciativa causou descontentamento à população e foi levada para o terreno político, sendo extinguida em 2006, no primeiro ano do governo de José Serra. “Foi uma medida polêmica para a época, mas ela estava certa. O contribuinte precisa entender que a coleta de lixo é um serviço da prefeitura, assim como cobrada a tarifa de água e esgoto. A manutenção da cobrança seria um estímulo para os cidadãos separarem o lixo orgânico e por tipo de reciclável”, afirma Cristiane Lima Cortez, assessora técnica do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Segundo o estudo Ciclossoft 2023 — Panorama da Coleta Seletiva do Brasil, desenvolvido pela associação sem fins lucrativos Compromisso Empresarial pela Reciclagem (Cempre), realizado em 1,3 mil municípios, 335 disseram praticar a coleta seletiva, dos quais 232 foram enquadrados dentro dos parâmetros de qualidade da entidade, que exige 50% de coleta na porta da casa. “Como a lei não obriga a coleta seletiva, o ideal é que cada município tenha a própria legislação. Do contrário, não há como cobrar da prefeitura”, afirma Fernanda Daltro, gerente-executiva do Cempre. Em alguns casos, as prefeituras passam uma falsa imagem de sustentabilidade. “Instalam-se ecopontos, o que obriga o cidadão a se dirigir até o local para levar os resíduos. Isso é cosmético, é diferente da coleta seletiva”, afirma. Um município considerado modelo é Apucarana (PR), com 130 mil habitantes, que promove o recolhimento em toda a área urbana e 39% da zona rural. No município paranaense, a prefeitura cobra pelos serviços.

A CORRESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Considerada referência mundial em boas práticas sustentáveis, a Natura iniciou, em 2017, um programa interno de logística reversa que alcançou a marca de 50 mil toneladas de materiais fósseis reincorporados às embalagens. O programa, que ganhou força com a adesão da marca Avon, hoje, agrega 47 cooperativas e cerca de 2,1 mil catadores.

Em outubro de 2023, a Natura firmou parceria com a Prefeitura de Cajamar, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde está instalada a sua maior planta fabril, que abrigará um projeto em andamento batizado de Elo Verde. O programa consiste na educação ambiental de alunos da rede pública e no apoio à estruturação da coleta seletiva no município. Em um primeiro momento, 50 catadores estão registrados.

Segundo Josie Peressinoto Romero, vice-presidente de Operações e Logística de Natura & Co América Latina, 82,5% dos materiais do grupo são reutilizáveis, refiliáveis, recicláveis ou compostáveis. “O objetivo é chegar a 100% até 2030”, afirma. Em 2022, a empresa passou de 16% para 20% de uso de plástico reciclado nas embalagens — o objetivo é chegar a 50% até 2030. Além disso, a empresa dispõe de 700 pontos de coleta nas lojas próprias e franquias, que captaram em torno de 50 toneladas de embalagem em 2022.

Atualmente, o modelo de tributação dos materiais, ainda sem definição por parte do governo federal, incomoda o setor de Reciclagem. Isto é, uma empresa paga pela inserção de um material na cadeia produtiva, e, quando este é descartado, reciclado e reinserido no mercado, os mesmos impostos são cobrados, o que desfavorece economicamente o modelo da economia circular.

Com o objetivo de proteger a cadeia nacional de resíduos sólidos, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) iniciou a cobrança de 18% de tributos sobre a importação de resíduos de papel, plástico e vidro — até então, apenas os resíduos plásticos eram cobrados em 11,2%. A medida é considerada insuficiente pela categoria de catadores. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) restabeleceu a cobrança de 9,25% de PIS e Cofins às recicladoras, medida instituída na “Lei do Bem”. A decisão pode ser revertida por meio do Projeto de Lei (PL) 4.035/2021, em tramitação no Congresso. “Estamos tentando acertar essa questão na Reforma Tributária”, afirma Anderson Nassif, gerente-adjunto da Associação Nacional dos Catadores (Ancat).

&

GERAÇÃO DE LIXO NO BRASIL

Cerca de 80 milhões de toneladas de lixo por ano

Desse volume:

55% são resíduos sólidos



45% são materiais orgânicos



apenas 4% são reciclados



Com base na plataforma Reciclar Pelo Brasil, lançada em 2017 em parceria da Ancat com a Coca-Cola, foram recuperadas 630 mil toneladas de material reciclável, que geraram uma receita de R\$ 413 milhões. Os preços variam conforme o tipo de material. “O sucateiro que recebe do catador paga a ele R\$ 0,15/kg de papelão, que é o material que mais circula”, diz Nassif. O material mais valioso é o plástico, mas a experiência mais bem-sucedida é o processo envolvido nas latas de alumínio, no qual o Brasil é o principal protagonista na reciclagem do metal. Segundo dados do Cempre, 97,4% das 402,2 mil toneladas de latas de alumínio vendidas foram recicladas, o que representam 31 bilhões de unidades. A principal vantagem do alumínio é que o material pode ser fundido e reciclado inúmeras vezes, sem perder as características, o que o torna um produto coibido e de alto valor agregado. “Em qualquer cidade do Brasil, a latinha cai no chão e alguém já a recolhe”, finaliza.

O papel das entidades na conscientização de seus associados é considerado fundamental por especialistas no avanço das boas práticas de descarte e reaproveitamento dos materiais recicláveis. Em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e mais oito entidades parceiras, a FecomercioSP elaborou uma cartilha destacando os princípios e a importância da logística reversa e da responsabilidade compartilhada, bem como os procedimentos corretos no descarte de cada tipo de resíduo sólido. O documento pode ser acessado no link <https://www.fecomercio.com.br/projeto-especial/logistica-reversa/sobre>



Impulsionado pela inovação tecnológica, o campo do áudio passa por uma transformação notável. A ascensão da tecnologia de Text-to-Speech (TTS) também na língua portuguesa (Brasil) está revolucionando a maneira como ouvimos e interagimos com a voz.

TTS ou Text-to-Speech, é uma tecnologia que transforma texto escrito em voz. Basicamente, ela faz com que o computador "leia" o texto em voz alta, criando uma fala artificial a partir das palavras escritas. Atualmente, pode-se ouvir vozes TTS em devices como Alexa da empresa Amazon.

Mas, vamos voltar um pouquinho no tempo...

O ano era 2019 e, no podcast VUI Cast (voltado para discussões sobre interfaces conversacionais), o episódio "TTS é o futuro?" era lançado. Um bate papo com alguns especialistas da área para responder a essa pergunta, afinal, nessa época, a tecnologia já estava bastante avançada, mas não o suficiente para ser usada e massificada em interfaces, já que não conseguia ser tão "natural" como a voz humana.

Agora, em 2023, com novos lançamentos dessa tecnologia, a pergunta não é mais se o TTS é o futuro, mas, como vamos lidar com o TTS no futuro e se vale a pena usar o TTS daqui para frente, reduzindo a utilização da voz humana.

Isso porque, com os avanços dessa tecnologia, não apenas dá para reproduzir a fala humana com uma fidelidade impressionante, mas também oferecer personalizações e adaptações sem precedentes. Além disso, a evolução da capacidade de ajustar a entonação, a velocidade e o estilo de fala de acordo com a preferência do usuário está evoluindo cada vez mais.

Diante desse cenário, surge a questão crucial: **o que será dos locutores humanos em meio a esse avanço tecnológico?**

Como um estúdio focado em gravações para devices, usando majoritariamente locução humana, não podemos deixar de entrar nessa discussão e nos posicionar.

Do nosso lado, estamos experimentando internamente tudo o que a tecnologia TTS está trazendo ao mercado, principalmente para identificar os melhores usos dessa tecnologia. Até o momento, percebemos que, enquanto o TTS alcança novos patamares de realismo e versatilidade, a habilidade humana de transmitir emoção, empatia e nuances continua sendo insubstituível.

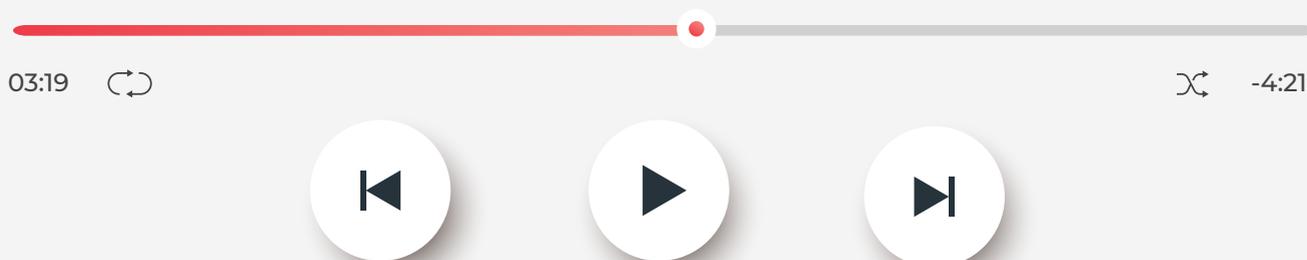
Assim, o futuro do áudio com o TTS é promissor, não como um substituto, mas como um colaborador para as demandas que o futuro nos reserva.

Você quer experimentar? Quer entender mais sobre TTS e como está esse universo dentro do mercado atual?

Venha falar com a gente! Junte-se a nós e descubra como a inovação sonora está moldando o amanhã!

O FUTURO DO ÁUDIO:

a tecnologia de Text-to-Speech (TTS) e o novo horizonte sonoro no Brasil



contato@johnnydays.com
johnnydays.com

Avenida Rouxinol, 60 - Moema, São Paulo - SP
11 5096-7444 (Whatsapp)

**JOHNNY
DAYS**

DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA EM 2024

A política econômica vai enfrentar grandes desafios nas áreas Fiscal e Monetária em 2024, cujos rumos impactarão a economia brasileira não apenas no próximo ano, como também nos seguintes.

No que se refere à questão fiscal, nota-se que a perspectiva de alcançar a meta de déficit primário zero, como estabelece o novo arcabouço fiscal, parece cada vez mais distante, para não dizer impossível. Na medida em que o atual governo não mostra qualquer disposição de cortar gastos (ao contrário), é estimado que precisará de uma receita adicional de cerca de R\$ 170 bilhões para alcançar a meta. O Congresso tem aprovado algumas medidas propostas pelo Executivo, mas com condições muito menos arrecadatórias do que as previsões efetuadas pelo Ministério da Fazenda. Além disso, vale lembrar que a expectativa para 2024 aponta um ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) inferior ao de 2023, com consequentes reflexos sobre a receita tributária.

Esse cenário cria um quadro de incertezas em termos de suas consequências. De um lado, pode levar a um contingenciamento das despesas de valor muito elevado (o que o Congresso não quer) e, de outro, pode retomar as discussões para a mudança da meta, com impactos muito negativos sobre o câmbio e sobre a inflação. Vale lembrar que, em caso de não cumprimento da meta fiscal, o arcabouço estabelece que os gastos públicos no ano seguinte crescerão na razão de 0,5 do aumento da arrecadação, e não 0,7 em caso de cumprimento. Isso evidencia que as pressões para a mudança de meta serão inevitáveis.

É importante destacar que a condução da política fiscal é fundamental para dar credibilidade à política econômica tanto a curto como a longo prazo. Na realidade, o desafio maior do País é estabilizar num primeiro momento e, depois, reduzir a relação dívida/PIB, atualmente muito elevada para um país emer-

gente. Por isso, duas observações importantes sobre a situação fiscal do País são necessárias: i) a meta de déficit primário zero, mesmo que fosse alcançada, não vai impedir que a relação dívida/PIB continue se elevando, porque os juros vão continuar pressionando a dívida; para reverter essa trajetória, seria necessária uma aceleração importante do crescimento econômico nos próximos anos, hipótese muito pouco provável, em razão da reduzida taxa de investimento do País e do limitado crescimento da produtividade da economia brasileira; e ii) infelizmente, continuamos assistindo ao eterno ajuste das contas públicas pelo aumento da arrecadação e sem qualquer referência a corte de gastos de um Estado gigante e ineficiente.

Na área Monetária, são esperadas novas críticas por parte do Executivo ao Banco Central (Bacen). Uma vez que se espera um crescimento menor da atividade econômica num ano eleitoral, as pressões para redução artificial da Selic serão inevitáveis. Parece que muitos políticos não aprenderam com o passado, diante dos estragos causados por reduções indevidas de juros. Além disso, o comportamento esperado da inflação mostra redução do IPCA de 12 meses até maio (graças às baixas taxas desses meses em 2023), mas com elevação nos meses seguintes. É importante observar que o Bacen tem metas inflação que devem ficar, em 2023 e em 2024, abaixo do teto, mas acima do centro. É fundamental que a autoridade monetária resista a essas pressões, analisando o horizonte de inflação — como fez anteriormente e cujos resultados comprovaram o acerto da decisão. Por fim, com o encerramento do mandato do atual presidente do Bacen no fim deste ano, é importante a indicação de um novo nome que conduza responsabilmente a política monetária, mantendo a independência do banco não apenas de direito como de fato.



ANTONIO LANZANA,
copresidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)



Um conjunto de problemas se acumula em torno das vidas social, econômica e política do Brasil e ultrapassa o ano aumentando as expectativas, preocupações e esperanças quanto ao futuro. Desemprego, subemprego, inflação persistente, alta dependência de commodities, industrialização estagnada e crescimento moderado na economia concorrem com os problemas do meio ambiente e do clima fora do controle. Improvisada transição enérgica, violência urbana permanente, crimes digitais impulsionados pela Inteligência Artificial (IA), índices altos de sofrimento e depressão pessoal são parte da agenda de todos. Além disso, continua aceso o alerta em relação à instabilidade na relação entre governo e Congresso. De fora, constata-se uma frágil aliança internacional pela paz com dezenas de guerras não interrompidas entre as nações.

Enfim, especulações e tendências concorrem entre si para definir o cenário do ano que se inicia. Um círculo vicioso de pequenas melhoras, insegurança, surpresas estressantes e a contínua fragilidade das ideias liberais e democráticas.

A economia inicia o ano com um desempenho melhor do que em 2023, mas insuficiente para sinalizar melhoria crescente e sustentável e assegurar despreocupação com o futuro. Impulsionada por Serviços, mercado informal, Agropecuária e produção de petróleo, a consistência do resultado do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não dá conta de anular as consequências do estacamento industrial e o fato de ainda sermos uma economia de preços administrados. Sinais de melhora para o consumo das famílias revela a dependência dos assistidos mais do que a valorização do salário mínimo. A Reforma Tributária prevê um longo tempo de maturação para implantação, entendimento e produção de resultados.

Nosso maior problema continua a ser a desproporção entre o tamanho da despesa do Estado e o resultado de arrecadação do PIB — o que

O mistério da economia

faz a moeda nacional ser uma unidade de crédito emitida contra a sociedade por meio da tributação abusiva. Em tempos de moeda eletrônica sem ganhos de produtividade geral, é um equívoco manter nossa economia fortemente administrada pelo Estado e dando pouca relevância às disciplinas fiscal e monetária. A sociedade se tornou grande demais para caber dentro dos interesses do Estado. Sem quebrar o paradigma dos intervencionismos estatal e governamental em tudo, diminui-se a esperança de ver a criação e circulação de mercadorias e riqueza funcionando de forma mais livre e sem temer a dinâmica trazida pela liberdade de mercado. Os excessos do setor público retiram a energia para a sociedade se reestruturar com autonomia.

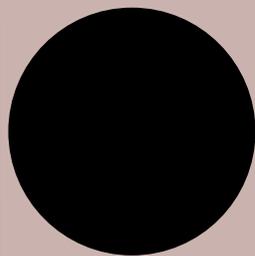
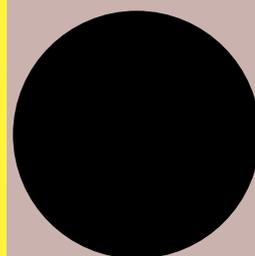
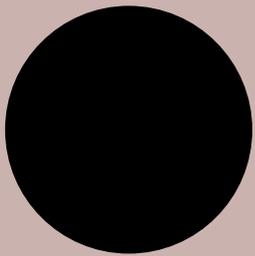
O Supremo Tribunal Federal (STF) mudou o compromisso de defender a Constituição optando por uma feição mais voluntariosa e menos técnica. Com o ardor intervencionista do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o uso da IA, as eleições municipais serão acirradas em um cenário que aponta para cada vez mais aumento da polarização e nulidade de propostas e programas aos problemas urbanos brasileiros.

Em 1951, o compositor Geraldo Pereira, mineiro de Juiz de Fora, ficou entusiasmado com a ideia do deputado Israel Pinheiro de propor a Getúlio Vargas a criação do Ministério da Economia. Até hoje, a letra da música divide a crítica se era laudatória ou sarcasmo. Diz lá em seus versos: “Seu presidente, sua Excelência mostrou que é de fato, agora tudo vai ficar mais barato, agora o pobre vai poder comer. Pois era isso que o povo queria, o Ministério da Economia parece que vai resolver”. Setenta e dois anos depois, o samba continua atual. E o mistério da economia também.



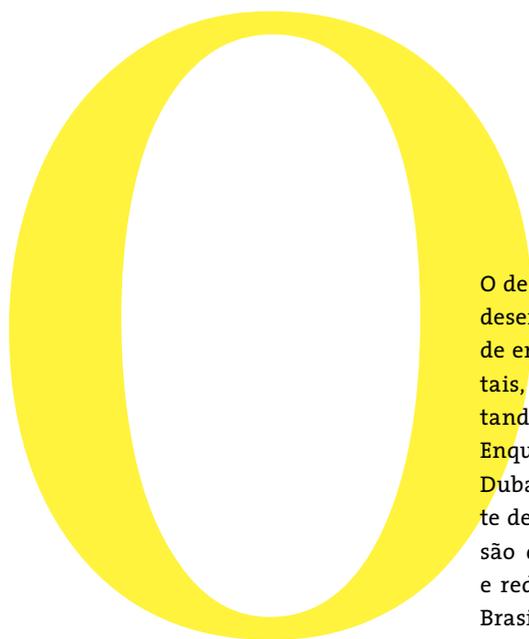
PAULO
DELGADO,
*copresidente do
Conselho Superior
de Economia,
Sociologia e Política
da FecomercioSP*





O DESPERTAR DA CULTURA DO ENGAJAMENTO





O desenrolar da COP28, no início de dezembro, desencadeou diversas manifestações públicas de entidades e organizações não governamentais, em diferentes cidades do planeta, alertando para os riscos das mudanças climáticas. Enquanto dirigentes e ativistas discutiam, em Dubai (nos Emirados Árabes), a adoção urgente de medidas para mitigar os efeitos da emissão desenfreada de dióxido de carbono (CO₂) e reduzir o volume de combustíveis fósseis, o Brasil enfrentava uma situação climática alarmante, com seca dos rios na região Amazônica, chuvas catastróficas nos Estados da Região Sul e temperaturas recordes que beiraram (e até superaram) a marca de 40°C, alcançando 44,2°C em Cuiabá (MT). Mas, mesmo com todos esses fenômenos climáticos, não houve ninguém que enfrentasse o calor escaldante das ruas das principais cidades brasileiras e protestasse em defesa do meio ambiente, como se inconscientemente dissessem: “Afim, por que eu vou se já tem gente fazendo isso?”.

Aos 21 anos, Daniel Holanda, estudante de Direito e Relações Internacionais, já acalenta um sonho. “Minha meta de vida é sair do ativismo digital e ir para as ruas, lotar a Avenida Paulista com 200 mil pessoas para tratar das mudanças climáticas. Espero ver essa cena algum dia.” Daniel pode ser considerado um ponto fora da curva no ativismo digital. Nascido em Anápolis (GO), filho de um casal engajado em causas sociais, desde 2018 é tido como o porta-voz no Brasil e um dos 15 representantes no País do movimento Fridays for Future, que tem como principal nome global a estudante sueca Greta Thunberg.

“No Brasil, para ter volume, um movimento dessa envergadura deve ser articulado com a presença de artistas e celebridades”, ressalta o estudante, citando o Ato em Defesa da Terra, ocorrido em março do ano passado, em protesto

“A polarização ideológica pode ser obstáculo para a mobilização em torno de causas comuns, como a educação. O importante é focar nas questões em si e nos problemas.”

LEANDRO MACHADO, autor de
Como defender sua causa

contra o chamado “PL do Veneno”, um conjunto de projetos de lei apoiado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que se posicionava contra os princípios ambientalistas de preservação da Amazônia. Apesar da visibilidade do evento, a realidade do dia a dia é outra, afirma Daniel. “Há falta de organização e diálogo entre as ONGs do setor ambiental. E há diferenças entre os movimentos ambientais no Brasil e na Europa. Aqui, boa parte da sociedade está fragilizada não apenas no campo ambiental, como também em saneamento, fome e habitação. Precisa haver uma abordagem que torne clara a inter-relação das lutas. Não dá para falar de preservação ambiental e mudanças climáticas sem abordar questões que tratam de diversidade, combate à fome e falta de moradia”, explica. Até hoje, a mobilização mais bem-sucedida da Fridays For Future Brasil foi a campanha SOS Amazônia, em 2020, que arrecadou cerca de R\$ 1 milhão em doações de itens de higiene, alimentação e equipamentos de saúde para as comunidades da região amazônica atingidas pela covid-19. Para engajar a sociedade, a equipe do movimento fazia postagens diárias em redes sociais, principalmente no Instagram. Além disso, produzia vídeos de apoio com a participação de vários artistas.

Toda essa mobilização acarretou mais seguidores? “Muito pouco. Temos apenas 28,5 mil seguidores no Instagram. A mobilização precisa ser permanente. Em 2023, houve um relaxamento nos movimentos ambientais após a entrada de Lula e Marina Silva. Isso não é benéfico. Ambos são políticos, apesar de haver mais diálogo. Lula apoia a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas”, afirma.

Autor da obra *Como defender sua causa*, o professor e cientista político Leandro Machado trata o engajamento do cidadão em mobilizações dentro de uma metodologia a ser seguida por entidades civis, partidos políticos e sindicatos. “Para que uma causa ganhe engajamento da sociedade e prospere, é necessário que ela seja relevante e significativa para o maior número de pessoas. A causa deve ser comunicada de forma clara e persuasiva, com oportunidades para as pessoas se envolverem ativamente”, ressalta. Ele cita o exemplo da pandemia.

“Diante de uma ameaça concreta à vida de todos, houve um engajamento inédito para arrecadação de recursos, que envolveu tanto o banco Itaú como a Central Única das Favelas (Cufa), com a distribuição de alimentos. Para obter o apoio de alguém, é necessário que aquela causa seja percebida como de extrema relevância para a pessoa”, explica.

Segundo Machado, os temas que mais sensibilizam o brasileiro são educação, saúde, emprego e segurança. “Mas é sempre importante se basear em pesquisas para entender esse contexto de demanda social e saber identificar as causas mais urgentes para a população naquele momento em que você vai agir.” Como se tornou frequente, nos últimos anos, até mesmo temas sensíveis se tornam alvo de polarização ideológica. “A polarização ideológica pode ser obstáculo para a mobilização em torno de causas comuns, como educação e meio ambiente. Nessas situações, é importante focar nas questões em si e nos problemas”, alerta.

A LINGUAGEM COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA

Os canais digitais tornaram-se, ao longo dos últimos anos, espaços de extrema relevância na disseminação de causas sociais, bem como de interação entre grupos de mobilização, principalmente entre os jovens da geração Z. “Usamos muito a plataforma Discord por ter uma linguagem de games, que permite interação e criatividade na troca de informações. O TikTok também é uma ferramenta essencial. Já o Facebook é obsoleto”, afirma Natasha Andrade, assistente de Engajamento Voluntário da Unicef Brasil.

Em 2020, a agência lançou o movimento de voluntariado online #tmjUNICEF, que visa compartilhar informações e criar campanhas colaborativas em defesa dos direitos da criança, da saúde mental e das mudanças climáticas, além de combater as *fake news*. Sob filtro da Unicef, o movimento fornece ferramentas para os jovens criarem conteúdo para mídias sociais, como podcasts e vídeos. “Temos mais de 15 mil voluntários na lista de e-mails e cerca de 100 lideranças nos grupos de WhatsApp”, afirma Natasha.

O filme *Rustin* (produzido pelo casal Barack e Michelle Obama e em cartaz na Netflix) é um bom exemplo para entender a dinâmica dos movimentos sociais.

O roteiro aborda o protagonismo do ativista negro Bayard Rustin, conselheiro de Martin Luther King, na mobilização e organização da Marcha sobre Washington por Trabalho e Liberdade, que reuniu 250 mil pessoas de diversas regiões dos Estados Unidos, durante dois dias, em frente à Casa Branca, em Washington. Na ocasião, Luther King proferiu a célebre frase “I have a dream”. Conduzido de forma pacífica, o ato foi fundamental para a aprovação pelo Congresso da lei dos direitos civis dos negros, inclusive o direito ao voto.

Embora não tenha números específicos do Brasil, o movimento conta com 906 mil seguidores no Instagram e 90 mil seguidores no YouTube. À medida que as narrativas incorporaram linguagens mais modernas, houve uma mudança no perfil dos que acessam as páginas. “Antes, 80% dos acessos no Instagram eram de adultos. Hoje, os jovens formam 80% do público das nossas redes.” Segundo Natasha, tem crescido o engajamento dessa fatia da população em questões ligadas às mudanças climáticas enquanto tornam protagonistas das ações digitais. “Os jovens assimilam o conteúdo pelo TikTok. Soltamos muitos vídeos e *reels* no Instagram. De forma consciente, criamos memes para desmascarar as *fake news*, sempre em vídeos curtos. Ao disseminar um meme, os algoritmos detectam o interesse das pessoas e os recomendam cada vez mais.” Os temas e a frequência das postagens são decididos em reuniões semanais entre as lideranças. Durante a COP28, por exemplo, o conteúdo voltou-se majoritariamente para temas ambientais.

AÇÃO EXIGE ENVOLVIMENTO

A presença cada vez maior de movimentos no campo virtual não diminui, no entanto, a importância de práticas presenciais no engajamento das pessoas e sua alta capacidade de sensibilização.

Fundado em 2012 por proprietários de imóveis da Praia da Baleia, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo, o Instituto Conservação Costeira (ICC) “suou a camisa” para conseguir 7 mil assinaturas e garantir, na câmara do município, a preservação ambiental de início em 1 milhão de metros quadrados de vegetação nativa degradada (áreas de mangue, brejo, restinga e dois rios) no trecho entre as praias da Baleia e da Barra do Sahy, transformado em Área de Preservação Ambiental (APA). “Posteriormente, o local foi ampliado para 4 milhões de metros quadrados. Tudo fruto de muita dedicação. É uma tarefa difícil, e poucos colaboram efetivamente, mesmo sendo beneficiados”, afirma a advogada Fernanda Carbonelli, presidente do instituto. O ICC atua seguindo os modelos de preservação que uma APA exige, de acordo com o Código Florestal, mas todos os recursos são captados pelo instituto. “A região tem cerca de 800 imóveis, mas vivemos da contribuição mensal de apenas 67 apoiadores, que vão desde empresários até caixas que reconhecem a qualidade da nossa atuação. Muitos se dizem engajados, mas na hora de contribuir, de fato, a situação muda de figura. Ao que parece, existe o pensamento de que se há alguém cuidando, não há por que se preocupar. Mas se o esgoto vai para o meu terreno, aí, sim, eu me preocupo”, alfineta a advogada.

Além de arcar com os recursos para monitoramento de construções irregulares, invasões e segurança, o ICC envolve-se em questões emergenciais, como ocorreu no início de 2023, na tragédia que resultou na morte de 64 pessoas e cerca de 500 desabrigados naquela região.

Na ocasião, choveu 700 milímetros em menos de 24 horas, o que jamais havia sido registrado historicamente. “Por termos o mapeamento completo da região, agimos mais rápido do que os bombeiros e a prefeitura”, diz Fernanda. A iniciativa mais recente do ICC é o restauro ecológico das áreas de encosta dos morros da Mata Atlântica por meio da técnica de hidrossemeadura. Desenvolvido em parceria com o grupo Ambipar e a Fundação Florestal consiste no uso de drones para forrar as encostas com uma manta de casca

de coco e sementes, que forma uma camada para prevenir deslizamentos. O projeto, que abrange 208 hectares entre as praias de Juquehy e Toque-Toque, é considerado pioneiro por alcançar áreas inacessíveis com alto grau de declividade.

Em temas que exijam mais complexidade, é necessário haver um planejamento logístico nas mobilizações. Visando impactar os candidatos nas eleições de 2022, a ONG Todos pela Educação desenvolveu a iniciativa Caravanas Educação Já, que percorreu 14 Estados e converrou com 40 candidatos, influenciadores e educadores. “O projeto é fruto de pesquisas de opinião apontando que parte da população acredita que a Educação deveria estar entre as prioridades dos candidatos nas eleições de 2022. Ouvimos demandas, conhecemos boas práticas, intensificamos o diálogo com a comunidade escolar e sociedade civil. Além disso, ocupamos espaços importantes em discussões para fazer avançar políticas públicas pelo País. Temos, atualmente, cerca de 40 mantenedores, entre pessoas físicas, fundações, institutos e empresas. É uma grande mobilização da sociedade civil para a Educação avançar no Brasil”, afirma Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo da ONG.

“MUITOS SE DIZEM ENGAJADOS, MAS NA HORA DE CONTRIBUIR, DE FATO, A SITUAÇÃO MUDA DE FIGURA. AO QUE PARECE, EXISTE O PENSAMENTO DE QUE SE HÁ ALGUÉM CUIDANDO, NÃO HÁ POR QUE SE PREOCUPAR. MAS SE O ESGOTO VAI PARA O MEU TERRENO, AÍ, SIM, EU ME PREOCUPO.”

FERNANDA CARBONELLI, presidente do Instituto Conservação Costeira (ICC)

&

CIÊNCIA BRASILEIRA COM IMPACTOS ACADÊMICO E SOCIAL

texto AGÊNCIA BORI

Implicação acadêmica da ciência brasileira cresceu 21% desde 1996; resultados de pesquisa podem ser usados para resolver problemas nacionais da Saúde ao Agronegócio, mostram relatórios recentes de Elsevier/BORI e WTT



A ideia de que a ciência e a tecnologia podem ajudar a resolver desafios nacionais complexos tem crescido no debate público. Ganha força também uma perspectiva focada na qualidade do trabalho desenvolvido nesses campos no Brasil. Dois relatórios recentes vão nessa direção: o primeiro, da Elsevier e da Agência BORI, mapeia o impacto acadêmico da ciência brasileira no contexto mundial; o segundo, da World-Transforming Technologies, apresenta uma ferramenta para implementar tecnologias geradas pela ciência.

Segundo o relatório da Elsevier/BORI, a produção científica brasileira disparou desde 1996. Além da quantidade de publicações, o estudo identificou que o impacto acadêmico dos trabalhos publicados cresceu 21% no mesmo período.

O documento fez levantamento e análise da repercussão dos artigos científicos com autores brasileiros publicados de 1996 a 2022. Para os cálculos, foi usada a ferramenta SciVal, que facilita a análise dos dados de 85 milhões de publicações científicas do mundo que estão na base do Scopus. SciVal e Scopus são da Elsevier. Já o número de artigos científicos publicados no período aumentou nove vezes: passou de 8,3 mil, em 1996, para 74,6 mil, em 2022.

O “impacto acadêmico” da pesquisa brasileira significa o número de vezes que um artigo científico é citado em comparação com outros da mesma área de conhecimento em determinado período de tempo. Para essa análise, foi utilizado o indicador Field Weighted Citation Impact (FWCI), da Elsevier.

O FWCI da ciência brasileira passou de 0,7, em 1996, para 0,85, em 2022 — com pequenas oscilações ao longo do período e tendência de alta. Assim, de 1996 a 2022, o FWCI médio do Brasil foi 0,85. Dez instituições de pesquisa do Brasil têm visibilidade científica acima da média mundial no período 2020–2022. A Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) lideram as instituições brasileiras com mais artigos de pesquisadores entre os 10% mais citados mundialmente, no período de 1996 a 2022.

“É importante notar que, apesar do gigantesco aumento da produção científica, o Brasil tem conseguido manter a média de citações de seus trabalhos, aproximando-se cada vez mais da média mundial”, analisa Estêvão Gamba, cientometrista e cientista de dados da BORI.

IMPACTO ACADÊMICO

Os dados mostram também que a porcentagem de artigos científicos de autores brasileiros, entre os 10% mais citados mundialmente, teve um leve crescimento de 5,4% em relação ao total de artigos publicados no período. “Isso significa que os cientistas de instituições de pesquisa do Brasil estão publicando cada vez mais trabalhos entre os mais impactantes do mundo acadêmico”, diz Dante Cid, vice-presidente de Relações Acadêmicas da América Latina da editora Elsevier.

Nessa análise, foi considerado o indicador Top 10%, que mensura a quantidade de artigos científicos publicados entre os 10% mais citados globalmente — ou seja: é a ciência de maior repercussão acadêmica.

O relatório, que considerou apenas as publicações do tipo “artigo científico”, analisou os países que publicaram, em 2021, mais de 10 mil textos — incluindo o Brasil. Isso resultou em um total de 51 países. Já para análise do cenário nacional, foram consideradas todas as instituições de pesquisa nacionais que publicaram mais de mil artigos científicos em 2021 (um total de 35 instituições).

FERRAMENTA PARA DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO À SAÚDE

Uma metodologia pretende mudar a maneira de fazer e implementar tecnologias para resolver problemas nacionais — o que pode acarretar transformações, também, na forma de elaborar políticas públicas. A ferramenta foi apresentada a gestores públicos e privados durante o 1º Fórum Brasileiro de Inovação Orientada por Missões, em São Paulo, organizado pelo World-Transforming Technologies (WTT), em novembro de 2022.

A inovação, orientada por missões, consiste em desenhar e implementar soluções tecnológicas inovadoras para desafios complexos a partir da definição de uma meta ambiciosa. O foco se desloca da quantidade para a qualidade das inovações propostas, sempre com acompanhamento ao longo do tempo para aferir o sucesso.

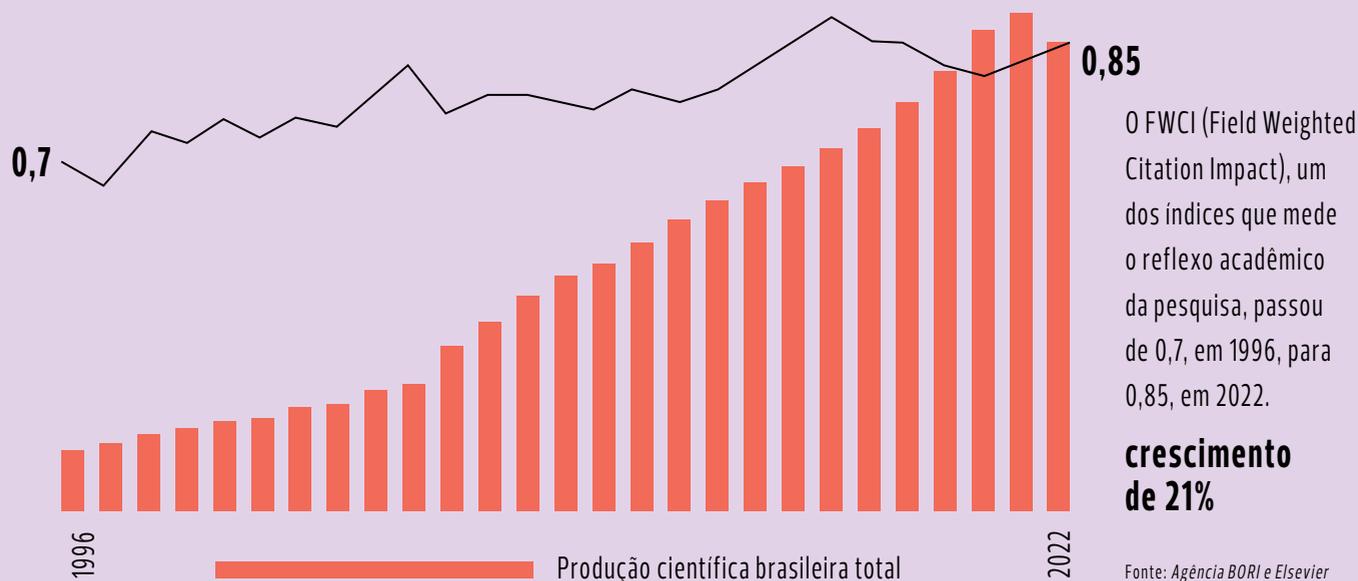
“A abordagem de inovação orientada por missões coloca a inovação no centro do debate e tem em seu cerne a pergunta: inovar para quê? Essa provocação vem da ideia de que a ciência precisa ter uma direcionalidade, um propósito”, explica o diretor de Inovação da WTT, André Wongtschowski.

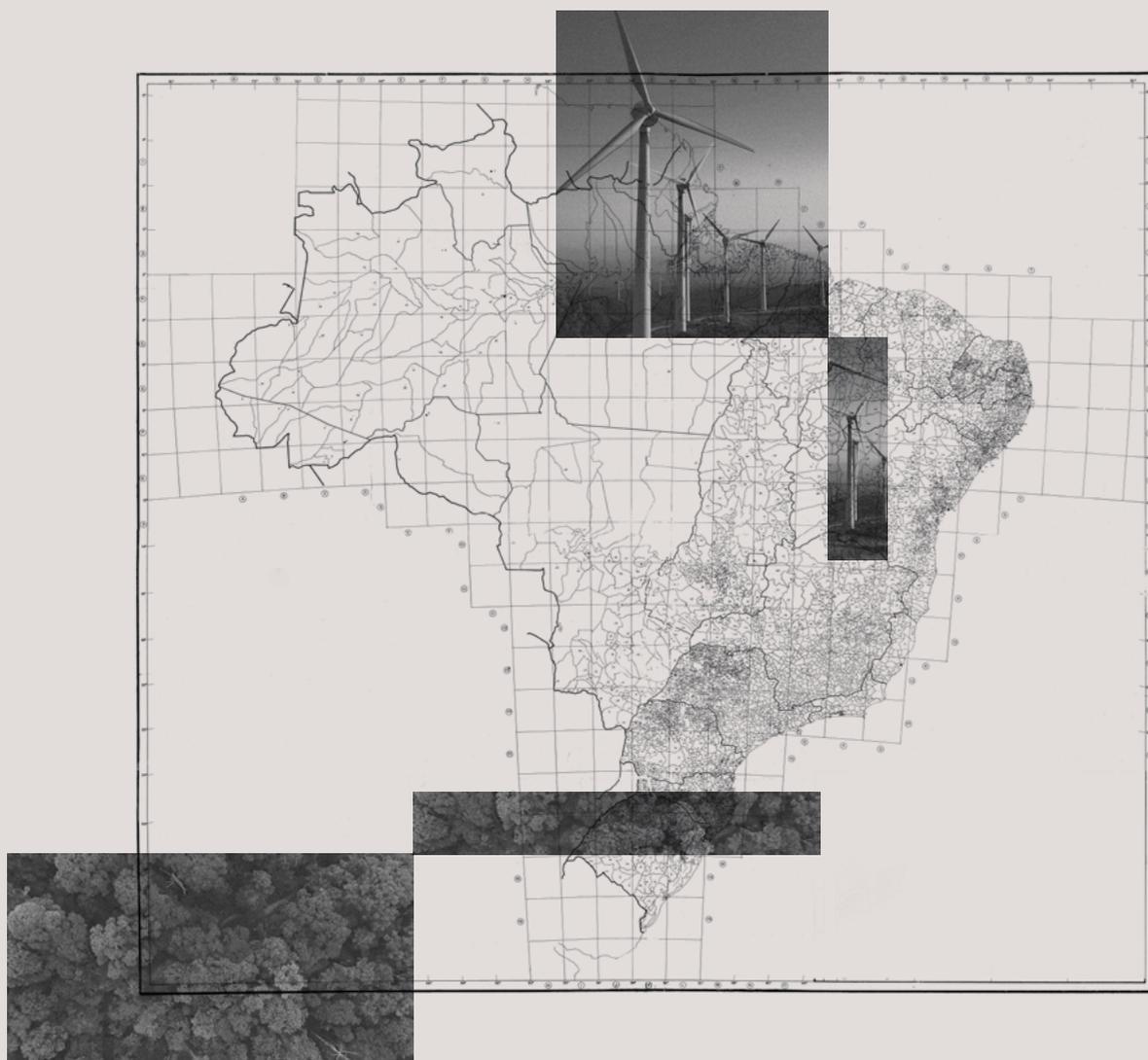
Alguns exemplos de ferramentas desenvolvidas seguindo o modelo podem ser encontradas em trabalho publicado recentemente pelo WTT. No projeto, pesquisadores e sociedade civil se juntaram para mapear desafios concretos de agricultores do Semiárido brasileiro a fim de criar tecnologias nacionais para reutilizar água e revestir frutas, impulsionando a agricultura familiar na região.

O governo poderia desenhar políticas públicas com o uso do instrumento, que ajuda a estabelecer metas e objetivos precisos. A participação da sociedade civil também aparece como elemento-chave para o sucesso da agenda. “Para trabalhar com problemas complexos, precisamos de ampla colaboração da sociedade. Nenhuma organização, nem o próprio governo, vai conseguir dar conta dos desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável de forma isolada”, conclui Wongtschowski.

&

EVOLUÇÃO DO IMPACTO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS





BRASIL TEM POTENCIAL PARA SER PROTAGONISTA DO CLIMA

ilustração PAULA SECO

O Brasil voltou da COP28, a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), em Dubai, nos Emirados Árabes, com o desafio de encarar a vocação de potencial protagonista no combate à mudança climática. Em meio a certo pessimismo que havia sobre as possibilidades de avanços efetivos na agenda sustentável, em especial após a adesão do Brasil à Organização

dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (Opep+), o evento, de certa forma, surpreendeu com a assinatura de um documento final considerado positivo. O País se junta a quase 200 nações no compromisso de reduzir gradualmente o uso de combustíveis fósseis, cada uma com o desafio de transformar os próprios acordos em ações efetivas.



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*

Considerando os desafios estruturais brasileiros, a mudança para um novo modelo de desenvolvimento deve ir além das condições da economia tradicional. Uma transição energética justa precisa, necessariamente, considerar políticas que protejam aqueles que vivem nos territórios onde as novas economias vão se desenvolver, combatendo as desigualdades e as grandes contradições brasileiras. Nesse sentido, o Plano Clima, anunciado pelo governo federal, prevê ações intersetoriais relevantes que considerem a vulnerabilidade das populações. Contudo, ainda não há clareza sobre como se dará a sua implementação.

Nesse cenário complexo, o Estado deve exercer papel central, enquanto o setor produtivo continuará sendo fundamental na indução de um novo modelo econômico, focado no enfrentamento da mudança do clima e das desigualdades sociais. As amplas possibilidades da economia verde para o Brasil trarão investimentos e oportunidades às empresas que aqui atuam, mas também exigirão novos compromissos e a criação de critérios claros.

A partir de agora, as atenções começam a se voltar para o Azerbaijão, que receberá na capital, Baku, a próxima edição da Cúpula do Clima das Nações Unidas, neste ano. A escolha do local para sediar a COP29 gerou discussões por se tratar de um país ainda extremamente dependente dos combustíveis fósseis. Além de integrar a lista dos dez países mais dependentes do petróleo, cerca de um terço da economia local é ligada a esses insumos, causadores do aquecimento global e que agravam a mudança climática. Esse será o terceiro país grande produtor de gás e petróleo a sediar uma COP em sequência.

Independentemente das questões locais e políticas, um dos principais desafios do Brasil (e do mundo), até a próxima COP, será o de manter as discussões e os acordos realizados em Dubai em evidência. Mais do que isso, agir para que as metas acordadas sirvam para atingir resultados efetivos, principalmente para o *phase out*, expressão que se popularizou na última conferência que indica a saída gradual e contínua do uso de combustíveis fósseis. Para isso, ações precisam ser tomadas conjuntamente por governos, iniciativa privada e sociedade civil, de forma que a questão climática não seja assun-

to somente durante a realização do evento, mas uma agenda fixa e estratégica de todos.

Um dos desafios pendentes — e que deverá ser avaliado na COP do Azerbaijão — é o valor a ser destinado pelos países ricos ao financiamento climático em nações em desenvolvimento. O tema não é simples (arrasta-se há anos), e podem sobrar pendências a serem solucionadas no ano seguinte. É essencial que as empresas sejam consideradas nessas discussões e assumam a corresponsabilidade. Mesmo com a COP29 no caminho, o Brasil já começa a pensar (e assim deve ser) na conferência seguinte: a COP30, que acontecerá em Belém (PA). Apesar dos gargalos estruturais que precisam ser solucionados até a data do evento, em novembro de 2025, o Brasil tem grande potencial para realizar uma das melhores e mais efetivas conferências do clima, principalmente quanto aos resultados. Novamente, para que isso aconteça, a sociedade, em especial os diferentes níveis de governo e as empresas — de todos os tamanhos e segmentos — precisam estar alinhados e comprometidos com essa causa.

Até 2025, o Brasil precisará apresentar resultados e aumentar a própria ambição climática, que praticamente inexistiu nos últimos anos. Uma importante etapa já foi cumprida pelo governo por meio do já citado Plano Clima, que vai considerar os diferentes *stakeholders* e as respectivas reponsabilidades para uma nova governança climática nacional. Além disso, é necessário considerar o aspecto social da agenda. Isto é, ao realizar a COP num território tão emblemático como é a Amazônia, será preciso que as populações locais tenham papel central nas discussões.

Durante a COP28, inclusive, o Instituto Ethos apresentou aos participantes o documento **Por uma governança climática inclusiva, justa e compartilhada: recomendações da CBMC para o Plano Clima**, produzido durante a 5ª Conferência Brasileira de Mudança do Clima, realizada neste ano. Sinalizamos a necessidade de construir uma governança climática compartilhada, unindo ações de empresas e governos, seja na mitigação de danos, seja na adaptação à nova realidade climática. Esse é o único caminho até 2025, não há atalhos para alcançar os objetivos em comum.

Outra responsabilidade que a cúpula da COP30 terá é a de construir uma agenda concreta para o fim dos combustíveis fósseis e metas de corte de CO₂ compatíveis com o limite de aquecimento de 1,5°C. Segundo o Acordo de Paris, isso terá de ser feito até 2025. Contudo, existem pendências que podem complicar o processo, como a indefinição sobre de que forma os países desenvolvidos apoiarão as nações emergentes na transição energética.

O Brasil, com reservas naturais abundantes e matriz energética predominantemente renovável, tem grande potencial para chegar à COP30 como protagonista. Ao mesmo tempo, o País precisa olhar com atenção para o desmatamento, que ainda chega ao equivalente a 5,2 mil campos de futebol por dia, de acordo com dados do relatório anual do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD), do MapBiomass. Cabe, agora, a governos, empresas e sociedade civil não apenas a conscientização, mas, principalmente, a ação para a certeza de que chegaremos como aliados (e não como vilões) do meio ambiente à conferência de Belém.

Conforme ficou claro durante as discussões da COP28, não há mais tempo a perder na busca pela mitigação dos impactos da mudança climática. É urgente buscar equilíbrio e construir boas práticas que sejam progressivamente menos degradantes, menos exploratórias e menos predatórias.

&



OS 40 ANOS DAS DIRETAS JÁ

Na virada de 1983 para 1984, o Brasil apresentava um cenário econômico desolador: inflação superior a 200%, salários arrojados e crise da dívida externa. No plano político, a situação do governo do general João Figueiredo era ainda pior. A farsa da apuração do atentado do Riocentro – ocorrido em 1981, quando uma bomba estourou antes da hora no colo de militares – havia provocado o afastamento do general Golbery do Couto e Silva, que vaticinara: “Vocês ainda vão ser expulsos com um pé na bunda”.

texto HERBERT CARVALHO | ilustração ANNIMA DE MATTOS

O País atravessava um momento conflituoso, cuja desmoralização se completava com escândalos financeiros como as fraudes do Grupo Delfin e o desvio de dinheiro público pelo conglomerado Coroa-Brastel. Faltava, entretanto, um fator decisivo para o encerramento do regime instaurado pelo golpe cívico-militar de 1964: o clamor das ruas. Este viria, durante os quatro primeiros meses de 1984, na forma da maior mobilização cívica da história republicana: a campanha das Diretas Já.

A ideia de criar um movimento a favor de eleições diretas para presidente da República foi lançada em 1983 pelo senador alagoano Teotônio Vilela. Um ano antes, o voto popular garantiria para a oposição a eleição de dez governadores, dentre os quais Franco Montoro e Tancredo Neves em São Paulo e Minas Gerais, ambos do PMDB, além de Leonel Brizola, do PDT, no Rio de Janeiro.

Agora, diante da perspectiva real de chegar ao poder, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, encarnaria o papel do Sr. Diretas, percorrendo o Brasil em caravanas que se estenderiam por 22 mil quilômetros e 15 Estados. O instrumento escolhido pela executiva do PMDB para atingir o objetivo foi uma emenda constitucional apresentada pelo até então desconhecido deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT), restabelecendo a soberania popular pelo voto direto, que não acontecia desde 1960, quando foram eleitos Jânio Quadros e João Goulart, presidente e vice-presidente, respectivamente.

A campanha se inicia morna em junho de 1983, com um ato que reúne 5 mil pessoas em Goiânia. Em novembro, quando morre Teotônio Vilela, um comício em São Paulo convocado pelo PT na praça em frente ao estádio do Pacaembu não passa de 15 mil pessoas. É quando Franco Montoro convoca

outros governadores, e o PMDB decide entrar de sola na mobilização, que até então tinha tímida repercussão na imprensa: apenas o jornal *Folha de S.Paulo* incentivava o movimento, publicando inclusive o *Roteiro das Diretas*, à semelhança da programação de cinemas e teatros.

O jogo começa a virar em Curitiba, em 12 de janeiro. No palanque organizado pelo governador do Paraná, José Richa, desfilaram, diante de 50 mil pessoas (5% da população), não apenas políticos, mas artistas como os atores Raul Cortez e Dina Sfat e a cantora Carmen Costa, dando o tom festivo que seria a marca das manifestações. A apresentação desse comício e dos que se seguiram ficou a cargo de Osmar Santos, o mais popular entre os locutores esportivos.

Apesar de grandioso, o evento paranaense foi uma espécie de ensaio para o que ocorreria em São Paulo a 25 de janeiro. Organizado por uma equipe de 60 pessoas e cinco agências de publicidade, o comício na Praça da Sé fixou o amarelo como cor da campanha e o slogan: “Eu quero votar pra presidente”. Aproveitando o transporte grátis de trens e metrô, os paulistanos acorreram em massa para ouvir Moraes Moreira cantar seu *Frevo das Diretas* e acompanhar Chico Buarque de Holanda em *Apesar de você*, conhecido como o mais famoso protesto musical contra a ditadura.

Entretanto, a TV Globo, principal veículo de informação jornalística do País, ignorou as 300 mil vozes que pediam eleições diretas para dar no *Jornal Nacional* a chamada que se tornaria uma pérola de manipulação da notícia: “Festa em São Paulo. A cidade comemora seus 430 anos em mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na Praça da Sé”. Ao acreditar que poderia “tapar o sol com a peneira”, a emissora enganava-se redondamente. Em breve, os próprios jornalistas compareceriam ao trabalho com gravatas de intenso amarelo, em sinal de protesto.

Os comícios e passeatas foram se sucedendo, cada vez com mais gente, arrastando multidões nunca sonhadas pelos próprios organizadores: 400 mil manifestantes em Belo Horizonte, 1 milhão de pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, e 1,5 milhão no último e mais grandioso ato realizado no Vale do Anhangabaú, no centro

da capital paulista, no dia 16 de abril de 1984.

No total, foram 32 comícios em capitais e grandes cidades brasileiras. Nos principais, os líderes de uma frente suprapartidária, jamais reeditada, se davam as mãos: Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro. Nunca, igualmente, tantas e tão diferentes personalidades da vida brasileira se engajaram numa causa comum. Intelectuais como Antonio Candido e Lygia Fagundes Telles, jogadores de futebol como Sócrates e atrizes que depois militarizavam em campos opostos, como Fernanda Montenegro e Regina Duarte.

Considerada musa do movimento, a cantora paraense Fafá de Belém se apresentou gratuitamente na maioria dos eventos, cantando o *Hino Nacional* e a canção *Menestrel das Alagoas*, composta por Milton Nascimento e Fernando Brant em homenagem a Teotônio Vilela. Ao fim, soltava uma pomba branca, gesto que também se tornou símbolo da campanha.

Nada disso comoveu, porém, uma parcela de deputados governistas que negou, à Emenda Dante de Oliveira, os votos necessários à sua aprovação. Na noite de 25 de abril, ela foi vota-

da em clima pesado. Brasília e dez cidades de Goiás estavam sob as Medidas de Emergência decretadas pelo general Figueiredo. Sitiada, a capital da República teve o Eixo Monumental ocupado por 6 mil soldados. Com o Congresso Nacional cercado por tropas do Comando Militar do Planalto, foi anunciado o resultado: 298 votos a favor, 63 contra e 3 abstenções. Deputados ausentes: 113. Os 22 votos que faltaram levaram milhares de brasileiros às lágrimas em frente ao Paineis das Diretas, centro de vigílias cívicas em diversas cidades.

“Cai a emenda, não nós”, foi o título de editorial publicado na primeira página da *Folha de S.Paulo* na edição de 26 de abril de 1984. As lideranças forjadas pela campanha das Diretas Já fariam o Brasil, finalmente, reencontrar-se com a democracia: volta do poder civil em 1985, promulgação da Constituição de 1988 e eleições diretas para presidente a partir de 1989.

&



Foto: Moreno/Arquivo/Agência Brasil

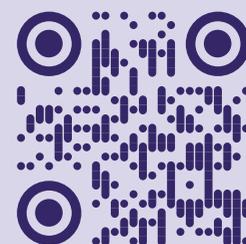


Sua empresa pode ajudar a espalhar o conhecimento científico e ainda impactar tomadas de decisão que podem salvar vidas.

bori
agência

Conheça e apoie o trabalho da Agência Bori, que leva a ciência nacional para os principais veículos da imprensa.

abori.com.br | bori@abori.com.br



O QUE VOCÊ NÃO FAZ SOZINHO?

O mundo está se transformando rapidamente. A sociedade e o consumidor exigem do empresário atitudes positivas, transparência e compromisso com o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, no dia a dia, todos nós enfrentamos problemas já muito bem conhecidos, como a burocracia, a insegurança jurídica e a falta de clareza nas regras do jogo. Neste momento, a mobilização empresarial é crucial para o empreendedorismo.

VAMOS TRABALHAR JUNTOS
E FAZER PARTE DA MUDANÇA?



Para saber mais, acesse:

REPRESENTA.FECOMERCIO.COM.BR/FECOMVG

OU UTILIZE O CÓDIGO QR.

FECOMERCIO^{SP}